CATACLISMO NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO, A MAIORIA DAS VÍTIMAS DO DILÚVIO VIVIA EM ÁREAS DE RISCO COMO A VILA DO SAHY, A ABRIGAR OS SERVIÇAIS DE QUEM PÔDE FUGIR DE HELICÓPTERO

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

PARAÍSO FISCAL

O CARF, "**TRIBUNAL DOS IMPOSTOS**" NO BRASIL, É CASO ÚNICO NO MUNDO E UMA FESTA PARA GRANDES EMPRESAS CALOTEIRAS

ANO XXVIII Nº 1248 R$ 31,90
1º DE MARÇO DE 2023
9 771809 669002 01248

CartaCapital

1º DE MARÇO DE 2023 • ANO XXVIII • Nº 1248

A desigualdade empurra os mais pobres para as encostas e os deixa vulneráveis às tempestades. Pág. 22

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO E BERLINALE

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: André Costa Lucena, Beatriz Loss e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR EXECUTIVO: Marcelo Romão
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

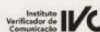
ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: **http://Atendimento.CartaCapital.com.br**
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

A AGRESSÃO

A expansão da Otan desde 1999, culminando nas negociações para adesão da Ucrânia, o massacre de Odessa em 2014 e o não cumprimento dos acordos de Minsk por parte da Ucrânia deveriam ser considerados também.
Rafael Camargo

UCRÂNIA, ANO 2

A Guerra Fria voltou, mas em versão moderna, 4.0. Sem o comunismo *versus* capitalismo, sem o imperialismo *versus* colonialismo, mas com a disputa de mercados dentro de um capitalismo autoritário sem vencedores. Somente alguns oportunistas podem tirar proveito desta situação.
Paulo Sérgio Cordeiro

CLUBE DO BOLINHA

O mais triste é ver tantas mulheres sem reconhecer que os poucos direitos conquistados são fruto da luta feminista. Muitas de nós foram presas, exiladas e mortas para garantir o básico: direito de votar, de estudar, de trabalhar fora de casa, de escolher com quem se casar ou se separar. Nenhum homem jamais abriu mão dos seus privilégios facilmente.
Izabel Cristina

As ruas terão de compensar a ausência de parlamentares progressistas. Não podemos permitir que os retrocessos dos últimos quatro anos avancem. Elegemos Lula, mas ainda não arejamos o Congresso. A luta não será fácil.
Filó Santos

O OSCAR DA REALIDADE

De fato, há alguns vitoriosos sofríveis. Um filme como *1917* ganhar de *História de Um Casamento* é uma das coisas mais absurdas do cinema. E ainda havia, naquele ano, *Dois Papas* e *O Irlandês*.
Ricardo Fernandes

CARTAS MARCADAS

O falso moralismo dos de sempre tenta abater mais um, como se só "os outros" fossem corruptos. Certo estava Cristo ao denunciar a hipocrisia dos fariseus: sepulcros caiados de branco por fora, mas por dentro cheios de podridão.
César Augusto Hulsendeger

ESPIRAL DE ÓDIO

Gostei muito da reportagem, com informações do exterior que muitas vezes não são mostradas pelos jornais locais. O uso de certas palavras como "shabat" e "sinagoga", pouco utilizadas na língua portuguesa, é muito importante para os povos que habitam em Jerusalém. Toda atenção do mundo deveria estar virada para esses acontecimentos em Jerusalém, que podem abalar várias cidades que estão perto, como Jericó, Nazaré e Tel-Aviv, se acontecesse uma guerra. A proporção do conflito atrapalharia comércios de exportação e importação para outros países.
João Batista de Oliveira

SEM RODEIOS

No Brasil, o Partido da Imprensa Golpista sempre foi protagonista em todos os golpes. Lembremos que um certo jornal paulistano cedeu suas viaturas Chevrolet Veraneio para transportar cidadãos brasileiros para a tortura no DOI-Codi, uma das mais temidas masmorras da ditadura civil e militar.
Orlando F. Filho

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Mino Carta

O papa ilumina

Enquanto Berlusconi confunde

Na sua recente viagem à África, papa Francisco teve uma longa conversa com 82 padres jesuítas congoleses. Na ocasião, dia 15 de fevereiro, o papa disse, entre outras coisas: "Acredito que o ministério papal deve ser vitalício. Não vejo razão para que não seja assim. A tradição histórica é importante e se, em vez disso, dermos ouvidos a mexericos, teremos de mudar o papa a cada seis meses". Quais seriam as razões desta fala do grande reformador da Igreja Católica?

Duas saltam aos olhos. A primeira diz respeito ao momento em que vivemos, à beira de um conflito nuclear para reproduzir Hiroshima e Nagasaki em outros cantos do mundo. Vela o Pontífice até o limite sobre o destino do globo. Por outro lado, leve-se em conta também a possibilidade de que tenha percebido alguma inquietação dentro da Cúria Romana, disposta a crer que o pontificado de Francisco durou demais. De todo modo, a afirmação tão peremptória causou alguma surpresa, registrada em consequência de um furo de reportagem do jornal *La Stampa*, de Turim, na quinta-feira 16.

Seguiu-se a uma declaração de Vladimir Putin, impassível ao declarar: "A culpa é do Ocidente". Imediatamente, recebeu o apoio do veterano criador de problemas, Silvio Berlusconi, aos 86 anos cada vez mais esticado pela ação dos cirurgiões plásticos. Líder do partido Forza Italia, Berlusconi, conforme era previsível, disse no dia seguinte não ter sido entendido à perfeição. Na interpretação, segundo ele, houve precipitação dos jornalistas, a frase não seria igual a quanto foi publicado.

Este gênero de joguinho de ida e volta é típico do personagem, mas desta vez provocou rebuliço na maioria parlamentar do governo Meloni. A bem da diversão do próprio Berlusconi, a repentina surtida teve a correção habitual 24 horas depois. Em todo caso, a amizade do político italiano com o czar russo é notória aos olhos da opinião pública e decerto não é desmentida por Putin. •

MARCIN MAZUR/CATHOLIC CHURCH ENGLAND AND WALES E PIERO CRUCIATTI/AFP

A Semana 1º.3.23

Passados quase cinco anos, a dúvida persiste

TOMAZ SILVA/ABR

Crime/ Longe da sombra miliciana

Flávio Dino coloca a PF para investigar o assassinato de Marielle Franco

Quase cinco anos após o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, a Polícia Federal vai reforçar as investigações sobre a organização criminosa que os executou a tiros. A determinação é do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que colocou a corporação para auxiliar no trabalho que vem sendo desenvolvido pela Polícia Civil do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público Estadual.

Um ano após o crime, foram presos os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz. Lessa, vizinho de Jair Bolsonaro, teria feito os disparos que mataram as vítimas, enquanto Queiroz estaria conduzindo o carro. Agora, as apurações buscam revelar quem são os mandantes do crime.

Marielle e Anderson foram mortos em 14 de março de 2018, em uma emboscada no Centro do Rio. A ex-vereadora vinha recebendo ameaças por denunciar o *modus operandi* criminoso da milícia carioca, o que leva a crer que o assassinato foi um crime político. Até agora, as investigações têm sido marcadas por tentativas de obstrução por parte da própria polícia, pistas falsas, alterações no comando do inquérito e disseminação de *fake news*.

"A fim de ampliar a colaboração federal com as investigações sobre a organização criminosa que perpetrou os homicídios de Marielle e Anderson, determinei a instauração de inquérito na Polícia Federal. Estamos fazendo o máximo para ajudar a esclarecer tais crimes", anunciou Dino, nas redes sociais. Ao assumir o cargo em janeiro, o ministro tinha se comprometido a colocar a PF para desvendar os autores intelectuais do duplo homicídio.

Xô, Covid!

Autora do Projeto de Lei que proíbe a exigência de comprovante de vacinação contra a Covid-19 para ter acesso a locais públicos ou privados do estado de São Paulo, a deputada estadual Janaína Paschoal enfrenta resistência dos estudantes para voltar a lecionar na Faculdade de Direito da USP. Derrotada na disputa para o Senado, ela ficará sem mandato em 15 de março e deve reassumir o cargo de professora na universidade. No início do mês, alguns alunos publicaram uma nota dizendo que a docente não era mais bem-vinda ao Largo de São Francisco. Agora, o Centro Acadêmico XI de Agosto entrou com uma representação para obrigá-la a apresentar a caderneta de vacinação antes de ministrar as aulas. Como o governador Tarcísio de Freitas sancionou a lei proposta pela parlamentar e aprovada pela Assembleia Legislativa, Paschoal não é obrigada a apresentar comprovante algum para retornar.

A Semana

Os fantasmas se divertem

Num país onde o salário mínimo é de 1,2 mil reais e 33 milhões de indivíduos passam fome, deputados e senadores estão recebendo uma verba extra neste início de ano que pode chegar a quase 80 mil reais. Trata-se de uma ajuda para custear a mudança dos parlamentares eleitos para Brasília, ou para fazer o caminho inverso no caso daqueles que perderam a eleição. O detalhe é que o auxílio-mudança está sendo pago até mesmo aos parlamentares do Distrito Federal ou que foram reeleitos e, portanto, já moram em Brasília. Cada um tem direito a 39,3 mil reais, mas o valor pode dobrar. Foi o que aconteceu com ao menos cinco senadores e 280 deputados federais reeleitos, que receberam a dupla ajuda de custo, uma correspondente ao fim da legislatura (para voltar para casa) e a outra para o início da atual (o retorno a Brasília).

Predadores/ Fim da impunidade?

Daniel Alves segue preso e Robinho pode cumprir pena no Brasil

Condenado por estupro na Itália, Robinho buscou refúgio no Brasil para escapar da sentença a nove anos de prisão. Astro do Milan, clube italiano no qual atuou por cinco anos, o atacante sabia que a Constituição Federal não permite a extradição de brasileiros natos. Por conta disso, passou os últimos anos gozando da impunidade em Santos, cidade que o revelou no esporte.

É, sobretudo, por causa do histórico de Robinho que outro atleta brasileiro fixou residência no centro penitenciário Brians, na região metropolitana da Catalunha, Espanha. Acusado de estuprar uma jovem de 23 anos, Daniel Alves, astro do Real Madrid, voltou a ter o pedido de liberdade negado pela Justiça espanhola. Réu primário, ele até poderia enfrentar o processo com medidas cautelares menos graves, a exemplo da prisão domiciliar. O recurso foi, porém, rejeitado devido ao "alto risco de fuga".

Apesar de servir como mau exemplo à Justiça espanhola, a impunidade de Robinho parece estar com os dias contados. Por meio de canais diplomáticos, a Itália solicitou ao Brasil a execução da pena imposta ao atleta. Embora a extradição não seja possível, o ministro da Justiça, Flávio Dino, considera plausível o pedido para o jogador cumprir pena em uma penitenciária brasileira. Neste caso, não causaria espanto se o jogador decidisse se entregar à Justiça italiana. Entre cumprir pena em uma prisão europeia ou numa masmorra brasileira, a escolha não parece muito difícil.

Alves permanece na cadeia graças ao mau exemplo de Robinho

Fisco/ PROMESSA É DÍVIDA

QUEM RECEBE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS NÃO PAGARÁ IMPOSTO DE RENDA

Até o fim do mandato, Lula pretende isentar quem ganha até 5 mil reais

A partir de 1º de maio, entram em vigor as novas regras do Imposto de Renda Pessoa Física, com correção da tabela que promete isentar 13,7 milhões de brasileiros. Quem ganha até dois salários mínimos, ou 2.640 reais, não precisará pagar qualquer valor ao Fisco, medida que deve alcançar certa de 40% do total de 32 milhões de declarações esperadas.

Em campanha, Lula prometeu zerar o Imposto de Renda de quem ganha até 5 mil reais. A mudança será, porém, escalonada. Agora, a faixa de isenção do IRPF passa dos atuais 1.904 reais para 2.112. Quem recebe acima desse valor, será obrigado a declarar os rendimentos à Receita. Mas, com a dedução simplificada, quem ganha até 2.640 reais não terá de pagar valor algum.

Com a mudança, o governo federal estima uma perda de 3,2 bilhões de reais na arrecadação entre maio e dezembro deste ano e de 6 bilhões em 2024. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que as mudanças só ocorressem no ano que vem, dentro da reforma tributária, mas Lula insistiu que precisa cumprir, ao menos em parte, a promessa eleitoral.

Guerra na Ucrânia/
Escalada da insensatez

A Rússia de Putin abandona tratado de desarmamento nuclear

Três dias antes de a guerra na Ucrânia completar um ano, na terça-feira 21, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, fez um discurso à nação em que anuncia a suspensão de Moscou no tratado de desarmamento nuclear Novo Start, acordo que mantinha com os Estados Unidos. Ele também acusou os países ocidentais de usar o conflito para tentar destruir a Rússia.

"As elites do Ocidente não escondem seu objetivo: infligir uma derrota estratégica à Rússia, ou seja, acabar conosco de uma vez por todas", afirmou Putin, acrescentando que os países ocidentais apoiam forças "neonazistas" ucranianas com o objetivo de formar um estado antirrusso. "A responsabilidade por alimentar o conflito, por sua escalada, pelo número de vítimas, recai inteiramente sobre as elites ocidentais."

O presidente russo não está disposto a ceder

O discurso de Putin ocorreu algumas horas antes de o presidente norte-americano, Joe Biden, discursar na Polônia e afirmar que a Rússia nunca sairá vitoriosa na guerra da Ucrânia. Antes, Biden havia feito uma visita de surpresa à capital ucraniana e prometeu mais de 500 milhões de dólares em ajuda ao país comandado por Volodymyr Zelensky.

Fronteiras sob pressão

A União Europeia recebeu quase 1 milhão de pedidos de asilo em 2022, aumento de 50% em relação ao ano anterior e o maior número dos últimos sete anos. O recorde pode ter sido provocado pelo fim das barreias sanitárias contra a Covid-19, que duraram dois anos, e pelos conflitos armados na Europa e no Oriente Médio. Sírios e afegãos são as duas nacionalidades com o maior número de pedidos de asilo, representando quase 25% do total.

Veneza/ GÔNDOLAS ENCALHADAS

A RAINHA DO ADRIÁTICO SOFRE COM OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os eventos climáticos extremos não perdoaram nem mesmo os famosos canais de Veneza, na Itália, um dos destinos turísticos mais procurados do mundo. Ao contrário do que geralmente acontece nesta época do ano, onde são comuns as inundações, Veneza enfrenta uma onda de estiagem que fez cair consideravelmente o nível dos trechos navegáveis pelas famosas e tradicionais gôndolas, que tanto encantam os turistas.

Os canais menores praticamente secaram, comprometendo, inclusive, o cotidiano das cidades da região, já que eles servem como hidrovias para o transporte fluvial que atende a população. Segundo os especialistas, os problemas são resultado de uma combinação de fatores que vai da ausência de chuvas até a direção das correntes marítimas. "No meio do inverno, a alta pressão atmosférica, combinada com o ciclo lunar, produz os níveis de água ultrabaixos", explica Jane Da Mosto, cientista ambiental e analista de desenvolvimento sustentável da We Are Here Venice, ressaltando a necessidade de limpeza da rede de canais internos de Veneza.

Somente os maiores canais permanecem navegáveis

DMITRY ASTAKHOV/SPUTNIK/AFP, MARCO SABADIN/AFP, PILLAR PEDREIRA/AG. SENADO, ULISES RUIZ/AFP E BRUNO CANTINI/ATLÉTICO MG

SAMBA, SOL E CALOTE

O *LOBBY* EMPRESARIAL JOGA PESADO CONTRA A TENTATIVA DO GOVERNO DE ACABAR COM O PARAÍSO FISCAL CRIADO PELO "TRIBUNAL DOS IMPOSTOS". EM JOGO, 1 TRILHÃO DE REAIS

por ANDRÉ BARROCAL

Fernando Haddad viajou na Quarta-Feira de Cinzas para a Índia, com o objetivo de participar, na sexta-feira 24, de uma reunião de ministros das Finanças do G-20, grupo que reúne as maiores economias do mundo. Dois anos atrás, o G-20 havia feito parte de um pacto internacional de 136 países em favor da cobrança mínima de 15% de Imposto de Renda das multinacionais, taxação que deve começar em 2024 em alguns lugares, a exemplo da União Europeia. O acordo é uma tentativa de impedir que, munidas de caros advogados, as grandes companhias tirem proveito das diferentes leis nacionais para pagar pouco ou nada de tributos. O desfalque causado aos cofres públicos com essas manobras afeta os cidadãos em geral. Há menos dinheiro para os governos bancarem professores, médicos, policiais, aposentadorias, seguro-desemprego, políticas públicas.

Aqui, Haddad está em guerra com as grandes empresas porque elas inventam (seus advogados, na verdade) argumentos e abusam das brechas legais para escapar do "Leão". Em janeiro, ele convenceu o presidente Lula a baixar uma Medida Provisória para mudar algumas regras daquele tribunal que decide, fora e antes do Judiciário, litígios entre o Fisco e os contribuintes. Uma lei de 2020, nascida no escurinho do Congresso e sancionada por Jair Bolsonaro, reforçou nesse "tribunal", o Carf, uma característica centenária dele, a hegemonia do poder empresarial. Esse Conselho Administrativo de Recursos Fiscais é uma jabuticaba: funciona de um jeito sem paralelo em canto algum do globo. Antes de 2020, a bolada em disputa era de 600 bilhões de reais. Agora, ultrapassa 1 trilhão, o dobro do que a Saúde, a Educação e o Bolsa Família terão juntos este ano.

É tanta grana que o *lobby* empresarial corre solto contra a MP 1160. É a maior batalha em Brasília na atualidade, a opor o governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira, do PP, e a envolver o Supremo Tribunal Federal. No Palácio do Planalto, há quem fareje o risco de Lula sofrer a primeira grande derrota no Congresso na votação da MP, cujo prazo de validade vai até 2 de abril. Essa medida ressuscitou o direito ao voto de minerva, em caso de empate, que os indicados do governo têm no Carf. Devolveu também ao governo o direito de recorrer ao Judiciário quando derrotado no Conselho. Os dois direitos tinham morrido com a lei de 2020. Nas contas de Haddad, o governo pode arrecadar até 50 bilhões neste ano com a MP e, a partir de 2024, 15 bilhões anuais.

EM 2020, O CONGRESSO MUDOU AS REGRAS DO CARF EM FAVOR DOS DEVEDORES. AGORA, HADDAD TENTA ACABAR COM A FESTA

"Esse modelo não existe em lugar algum do mundo", observa o presidente do Conselho

WASHINGTON COSTA/MF

O Carf tem 130 conselheiros. Metade é indicada pelo governo (em geral, auditores fiscais) e metade por cinco confederações patronais: do comércio (CNC), da indústria (CNI), dos bancos (CNIF), da agricultura (CNA), dos transportes (CNT) e da saúde (CNS). Desde que o Carf surgiu, em 1922, juntamente com a primeira lei brasileira do Imposto de Renda, o empresariado tem cadeira no "tribunal". Não há nada igual no mundo. Um estudo publicado, em 2018, na revista britânica *The Law Reviews* sobre 27 países constatou que 24 tinham tribunais do tipo "Carf" compostos integralmente pelo Fisco. Em dois, Dinamarca e Finlândia, ele é independente do governo e até dá voz ao setor privado, mas não necessariamente a empresas, e podem ser acadêmicos. Somente a Noruega consulta indicados empresariais, mas com uma diferença em relação ao Brasil: a empresa primeiro paga o imposto que contesta, e só depois o Carf julga.

Conforme o mesmo estudo, somente no Brasil a disputa tributária fora do Judiciário tem três instâncias. Esses litígios funcionam assim: o Fisco cobra um imposto e, se o contribuinte não aceita, a controvérsia é decidida por três auditores fiscais numa delegacia regional da Receita Federal. É a primeira instância. A segunda é o Carf, onde podem ocorrer até dois julgamentos, daí que na prática são três instâncias ao todo. Em 81% dos países pesquisados, há só uma instância. Em 19%, duas. Quanto mais instâncias, mais demora o desfecho. Um relatório da OCDE, grupo de nações ricas ou emergentes, sobre 55 países identificou que em 44 deles a decisão administrativa leva até um ano. Em dois, há prazo legal de até cinco. Nos demais, não há prazo. É a situação brasileira. Um processo aqui no Carf dura, em média, nove anos, conforme uma tese de mestrado de 2019 de um auditor fiscal aposentado, Ricardo Fagundes da Silveira.

"A questão do Carf foi decidida lá atrás", afirma o presidente da Câmara

O resumo da ópera até a Medida Provisória de janeiro era o seguinte: grandes empresas têm votos no Carf, este demora anos para decidir e, em caso de empate, a vitória era automática dos devedores e não podia ser revertida no Judiciário. "Esse modelo é um absurdo, não existe em nenhum país da OCDE, nenhum país avançado. Só nós estamos certos? Será que somos tão brilhantes assim?", indaga o presidente do Carf, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, auditor fiscal de carreira. Segundo ele, o desenho do Conselho favorece as grandes empresas, embora estas se escondam atrás das pequenas e médias, e também das pessoas físicas, nas críticas à MP. Do estoque de processos no Carf, diz Higino, 5% representam 200 bilhões dentro daquele 1 trilhão. Em 2022, 447 casos terminaram empatados, ou seja, em vitória dos devedores. Somaram 24 bilhões, dos quais 22 bilhões referiam-se a 26 empresas. Ou seja, o valor médio para cada firma era de 840 milhões. Entre os beneficiados figuram bancos, montadoras, mineradoras, empreiteiras.

O desenho do Carf incentivou as grandes empresas, aquelas com grana para contratar advogados a peso de ouro, a apostar cada vez mais em "planejamento tributário agressivo", pois a vitória no Conselho era certa. "O que interessa é analisar os grandes processos e, nestes, os contribuintes ganham todas", afirma o advogado Márcio Calvet Neves, com mais de 20 anos de experiência em Direito Tributário Empresarial e, hoje, colaborador do Instituto de Justiça Fiscal. No ano passado, o instituto divulgou um documento em que diz que o Carf deveria acabar e ser substituído por um órgão sem "julgadores indicados por confederações empresariais". "O Brasil escolheu alocar recursos em planejamento tributário muito agressivo de grandes empresas, em vez de usar em outras áreas, em políticas públicas", reforça Neves.

LIRA JOGA CONTRA A MP EDITADA PELO GOVERNO, QUE PODE ARRECADAR ATÉ 50 BILHÕES DE REAIS NESTE ANO

"Planejamento tributário" é a invenção de argumentos com base em brechas legais com o objetivo de fugir de impostos. É a antessala da sonegação. É o que as multinacionais fazem e o G-20 quer inibir com a taxação mínima de 15%. No Carf virou uma festa. Alguns exemplos. Pela lei brasileira, uma companhia daqui tem de pagar Imposto de Renda em cima dos lucros de suas controladas no exterior. Algumas companhias fizeram arranjos para suas controladas terem sede em país com o qual o Brasil possui acordo contra bitributação. O Carf sem voto de minerva aceitou essa tese em alguns casos. Com a volta do voto de minerva, mudou de rota. No início do mês, impôs derrota de 5,7 bilhões de reais à Petrobras num caso do tipo. A estatal, aliás, é responsável por 100 bilhões no Carf.

Hildo Rocha, do MDB, é o mentor da artimanha. Camargo faz *lobby* contra o voto de minerva

Outro exemplo é chamado "ágio interno". Grandes empresas começaram a promover arranjos societários e a descontar o custo desses arranjos daquilo que elas pagam de Imposto de Renda. Fazem isso com base numa lei do governo Fernando Henrique Cardoso que permitia o desconto quando uma empresa comprasse outra. Até o fim do voto de minerva, o Carf não abençoava o ágio interno em arranjos dentro de um conglomerado, em geral familiar. Em setembro de 2022, mudou de posição, a partir de um processo de 280 milhões de reais referente a um supermercado de Santa Catarina, o Angeloni. Em fevereiro, o Carf voltou atrás graças ao voto de minerva, em um processo de interesse de uma grande firma de tabaco, a Alliance One.

Outro caso em que o Carf sem voto de minerva deu ganho a uma empresa a partir de tese empresarial abusiva é sobre o direito que uma firma tem de descontar do Imposto de Renda seus prejuízos fiscais. Esse desconto é admitido por uma lei de 1995, assinada por FHC, mas limitado a 30% do prejuízo. Algumas companhias têm comprado firmas com enormes prejuízos fiscais e em estado falimentar para descontar não 30%, mas 100%, e assim pagarem menos Imposto de Renda. Em 2020, o Superior Tribunal de Justiça votou contra essa manobra. Foi ao julgar um caso da Editora Abril. Em 2007, a Abril havia comprado a emissora TVA e queria descontar do Imposto de Renda todos os prejuízos fiscais da TVA. O STJ proibiu: só podia abater até 30%. O Carf sem voto de minerva não quis nem saber. Em outros casos, que não o da Abril, abençoou o desconto de 100%. E o governo não podia recorrer ao Judiciário.

O Carf do "empate pró-devedor" contrariou não só o STJ, como também a Suprema Corte. Em cena, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A CSLL foi criada pela Constituição de 1988 e, no ano seguinte, várias empresas foram à Justiça contestá-la. Logo algumas ganharam o direito de não pagar. Em 2007, o Supremo Tribunal Federal validou a CSLL, mas algumas companhias resolveram criar um imbróglio: as decisões favoráveis a elas não teriam caráter perpétuo? Se não tivessem, a partir de quando exatamente a CSLL teria de ser paga? Em 2021, o Carf endossou o não pagamento da contribuição por essas empresas. Foi necessária uma nova decisão do STF, do início de fevereiro deste ano, para afastar qualquer espaço para as empresas não pagarem.

Como os advogados tributaristas e suas teses são personagens fundamentais do paraíso fiscal no Carf, a reação patronal contra a Medida Provisória de Lula tem a Ordem dos Advogados do Brasil como peça-chave. A entidade funciona como ponta de lança empresarial. Grandes escritórios especializados em legislação tributária, como Bichara Advogados e Mattos Filho, estão a serviço das companhias em troca de gordos honorários. A OAB havia entrado pela primeira vez em campo a favor dos devedores em 2017. Queria derrubar no Supremo o voto de minerva garan-

REDES SOCIAIS, MICHEL JESUS/AG. CÂMARA E MDB NACIONAL

tido numa lei de 2009, assinada por Lula. Foi arquivada logo após a aprovação da lei de 2020, que reverteu aquela de 11 anos antes. Tinha perdido sentido julgá-la.

Após o atual governo ressuscitar o voto de minerva, a OAB foi de novo ao STF contra a regra. E pedia liminar. O juiz Dias Toffoli, que cuida da ação, não tinha dado até a conclusão desta reportagem, na quinta-feira 23. Várias empresas haviam recorrido aos tribunais, por conta própria, com mandado de segurança para proibir o Carf de usar o voto de minerva em seus processos. Ao comentar na *Folha de S.Paulo* essas iniciativas, o advogado Luiz Gustavo Bichara disse que o Carf deveria esperar até o Congresso decidir o assunto. Bichara era um dos nomes na ação de 2017 da OAB contra o voto de minerva. Tinha assinado o documento na condição de procurador especial tributário da entidade. Hoje é advogado de firma com ação na Justiça e processo no Carf, em favor, por exemplo, da InterCement.

A recente ação da OAB obrigou Haddad a negociar um acordo com a entidade. A OAB desistirá da ação, pois o ministro topou que as empresas que perderam no Carf graças ao voto de minerva sejam liberadas de multas e juros. Um dos proponentes dos termos do acordo era o empresário João Camargo, da CNN Brasil e da 89 Investimentos, que comanda o *think tank* patronal Esfera Brasil. A entidade fez *lobby* desde o primeiro dia contra a volta do voto de minerva, através, por exemplo, de uma carta a Arthur Lira, o presidente da Câmara. O acordo de Haddad e do presidente da OAB, Beto Simonetti, foi selado diante de Dias Toffoli, em 14 de fevereiro. O ministro da Fazenda espera que o combinado seja levado em conta pelo Congresso na votação da MP

A OPERAÇÃO ZELOTES REVELOU UM COMÉRCIO DE VOTOS E SENTENÇAS NO CARF

1160. Antes de validar o acordo, Toffoli submeteu-o à Procuradoria-Geral da República. Em 2020, a Procuradoria, o PSB e a Anfip, associação dos auditores fiscais, tinham entrado no Supremo com ações para salvar o voto de minerva em 2020. As ações começaram a ser examinadas em março do ano passado, mas o tribunal suspendeu a análise.

O "empate pró-contribuinte" virou lei em abril de 2020, por obra do Congresso. O enredo começa com uma Medida Provisória baixada por Bolsonaro em outubro do ano anterior, que dava respaldo legal a servidores públicos para negociar dívidas tributárias de empresas e cidadãos. Na votação da MP na Câmara, em 18 de março de 2020, o deputado Hildo Rocha, do MDB do Maranhão, emplacou no texto a proposta de que, em caso de empate em julgamentos no Carf, o devedor ganharia. Arthur Lira era o líder do tal "Centrão" e cobrou do governo a promessa de não vetar a proposta. O deputado Major Vitor Hugo, do PL de Goiás, era o líder do governo e telefonou para Bolsonaro. Disse em seguida que havia obtido "compromisso de sanção".

Parlamentares patrões ou a serviço de empresas já tinham tentado acabar com o voto de minerva no Carf. Haviam apresentado leis com esse objetivo, por exemplo, os deputados Carlos Bezerra (em 2016), de Mato Grosso, e Newton Cardoso Jr. (em 2018), de Minas Gerais, e o senador suplente Luiz Pastores (em 2019), do Espírito Santo. Todos do MDB, aliás. Pastores é um empresário rico. Tinha 453 milhões de reais no ano passado, conforme declarou à Justiça Eleitoral ao concorrer a suplente de senador pelo Distrito Federal. É um sujeito obscuro que ficou famoso ao pagar 50 mil dólares para beijar uma modelo inglesa, Kate Moss, em 2013. Outro ex-senador empresário e milionário, o tucano Tasso Jereissati, propôs, em 28 de março de 2020, quatro dias após o Senado aprovar o fim do voto de minerva no Carf, um projeto com a mesma finalidade. Será que duvidava do acordo celebrado por Lira e Vitor Hugo na Câmara?

Lira não está nem aí para outro acordo, aquele fechado por Haddad e a OAB no Supremo. Ele é da escola "Eduardo Cunha de *lobby* empresarial". Em 15 de fe-

No poder, FHC facilitou a vida dos grandes devedores da União

Simonetti, presidente da OAB, costurou um acordo para livrar as empresas derrotadas com o voto de minerva do pagamento de multas e juros. Bichara espera que o Congresso mantenha a farra

ROSINEI COUTINHO/STF, OAB/RS E EVARISTO SÁ/AFP

vereiro, um dia após o ministro da Fazenda ter ido ao STF, o presidente da Câmara participou de um evento do banco BTG e disse que o Parlamento "não vai se fiar por um acordo que aconteceu fora". Mais: que "o Congresso tem de buscar alguma alternativa para que não haja empate" no Carf. Na semana anterior, Haddad havia se reunido com alguns deputados para tratar do assunto, e em seguida Lira mostrara as garras: "A questão do Carf foi decidida lá atrás no Congresso, quando tinha alguns excessos. Voltou-se a uma forma que também não está atendendo". Por "não está atendendo", leia-se "as grandes empresas não querem".

Lira é do PP, partido que, ao lado do Republicanos, ambos bolsonaristas na eleição, entrou no Supremo com uma ação contra o voto de minerva. O PP foi estrela de um escândalo no Carf em 2015. O Conselho, segundo revelado por policiais federais e procuradores na Operação Zelotes, tinha comércio de votos e sentenças. Em 70 processos de interesse de bancos, montadoras e siderúrgicas, o esquema teria surrupiado 19 bilhões aos cofres públicos. Parlamentares do PP seriam facilitadores do esquema, em troca de suborno. Um dos alvos das investigações era um membro do Carf, Maurício Rebelo de Albuquerque e Silva, pai do líder da bancada do PP na Câmara naquele momento, Eduardo da Fonte. Outro nome a despontar foi o do ex-deputado pepista Augusto Nardes, acusado pela Zelotes à Justiça em 2018.

Nardes é desde 2005 ministro do Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso na vigilância do governo. Em março de 2021, o TCU finalizou uma auditoria sobre o Carf, motivada pelo enorme valor em disputa em 2019, 600 bilhões de reais, e pela demora nas decisões. Uma de suas conclusões foi que o fim do voto de minerva tinha aumentado o "risco de corrupção no Carf". Dá para imaginar por quê. •

Nem tudo que reluz é lícito

AMAZÔNIA A Polícia Federal fecha o cerco às quadrilhas que "esquentam" ouro do garimpo clandestino em terras indígenas

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Considerado o "bacalhau da Amazônia" e muito apreciado pelo sabor de sua carne avermelhada, o pirarucu foi uma das maiores vítimas da pesca ilegal e predatória nos territórios indígenas durante os quatro anos de governo Bolsonaro. Gigante, podendo chegar a 3 metros, o bicho não é presa fácil e sua captura demanda algumas técnicas há muito ensinadas pelas populações indígenas e ribeirinhas da região. A astúcia e a paciência dos pescadores tradicionais serão necessárias para que o governo federal chegue aos peixes grandes de outro crime amazônico, a extração e comercialização ilegais de ouro, maior responsável pelo desastre humanitário que vitimou o povo Yanomâmi. Por enquanto, após o anúncio na quinta-feira 16 dos primeiros resultados das ações do governo para desmontar a estrutura do garimpo ilegal, resta a sensação de que os cerca de 20 mil garimpeiros braçais, peixes pequenos que progressivamente vão deixando o território indígena em Roraima, fatalmente cairão nas redes da Polícia Federal e do Ibama. Quanto aos grandes bagres, a pesca dará mais trabalho.

"O garimpeiro da ponta não é vítima. Ele tem consciência do que está fazendo, mas não teria conseguido se estabelecer sozinho. É fundamental chegar aos grandes empresários que financiam e coordenam a extração ilegal e comercializam o ouro. Eles são os mantenedores de uma indústria da exploração", afirma Rodrigo Agostinho, novo presidente do Ibama. Ressaltada pelo governo, a importância de identificar e punir toda a cadeia do ouro ilegal na Amazônia também é cobrada pelo movimento indígena: "A gente sabe que o garimpeiro lá na ponta é apenas um elo dessa exploração. Quem financia tem de ser identificado e investigado. Possivelmente, alguns financiadores sejam políticos do estado de Roraima, muitos deles podem ser grandes empresários. Então é preciso chegar a essa cadeia de financiamento", diz Kléber Karipuna, coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a Apib.

> Em um dos esquemas, cerca de 13 toneladas do minério, avaliadas em 4 bilhões de reais, entraram no mercado legal com notas frias

No que depender da disposição inicial demonstrada pelo governo Lula, a temporada de pesca aos pirarucus da exploração criminosa de ouro está aberta. A Operação Sisaque, deflagrada na quarta-feira 15 pela PF, pela Receita Federal e pelo Ministério Público Federal, cumprirá até o fim de fevereiro três mandados de prisão e 27 de busca e apreensão em oito estados e no Distrito Federal, além de promover o sequestro de cerca de 2 bilhões de reais. A investigação, em curso desde 2021, seguiu os passos de uma organização criminosa especializada no "esquentamento" do ouro, ou seja, na obtenção de documentos falsos ou fraudulentos que permitem a comercialização do metal no mercado legal. Até o fim do ano passado, segundo a PF, a quadrilha emitiu notas fiscais para esquentar o ouro extraído ilegalmente em um valor total que ultrapassa os 4 bilhões de reais, o equivalente a 13 toneladas do minério.

O ouro era exportado por duas empresas – Penna & Mello Comércio e Exportações e Amazônia Comércio, Importação e Exportação – que vendiam o produto em países como Suíça, Japão e Emirados Árabes, entre outros. As notas fiscais eram emitidas por empresas legais ou de fachada conhecidas como "noteiras". O esquema passa pela fraude de um documento, a Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), emitido pela Agência Nacional de Mineração, a ANM. Na maior parte dos casos, o explorador ilegal do ouro utiliza o papel de uma área legal em conluio com seu proprietário. Outra brecha utilizada é a emissão de PLGs para as chamadas "lavras fantasmas", áreas onde na realidade não há ouro ou este já foi totalmen-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 22

Litoral Norte. Novamente, os mais pobres pagam o preço do descaso com a moradia popular

Alerta. Não adianta prender só os "peixes pequenos" da mineração ilegal, afirma o delegado Alexandre Saraiva

ALBERTO CÉSAR ARAÚJO/AMAZÔNIA REAL E TV CULTURA

te exaurido. Foram emitidas ordens de prisão contra Diego de Mello, Lilian Pena e Marina Alonso, apontados como donos das empresas investigadas. Eles responderão pelos crimes de usurpação de bens da União, mineração ilegal, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Em Roraima, onde vive o povo Yanomâmi, outra operação da PF cumpre, desde 10 de fevereiro, mandados de busca e apreensão para desbaratar um grupo que nos últimos dois anos movimentou pelo menos 64 milhões de reais em ouro extraído ilegalmente no estado. Um dos alvos da ação foi a empresária Van-

Anúncio. O projeto Amazônia Mais Segura foi apresentado por Marina Silva, Aloizio Mercadante e Sônia Guajajara

da Garcia, irmã do governador Antonio Denarium, do PP. Em nota, Denarium disse esperar que "eventuais responsabilidades sejam apuradas na forma da lei". Segundo a polícia, não há indícios da participação dele no esquema. No meio político, Denarium é conhecido como um defensor do garimpo, assim como os senadores roraimenses Chico Rodrigues, recém-chegado ao PSB, e Mecias de Jesus, do Republicanos. Rodrigues alcançou fama ao tentar esconder 33 mil reais nas nádegas, quando era vice-líder do governo Bolsonaro no Senado, e recentemente foi escolhido presidente da comissão temporária do Congresso que acompanha a crise humanitária Yanomâmi. Já Mecias foi o responsável pelas desastrosas indicações para o comando do Distrito Sanitário Especial Indígena, que deveria ter cuidado da saúde dos Yanomâmis, mas não o fez.

De acordo com a Junta Comercial de Roraima, nos quatro anos de governo Bolsonaro foram criados no estado 1.315 novos negócios, desde lojas comerciais até pequenas fábricas, ligados à cadeia do ouro. Basta uma volta pelo centro comercial de Boa Vista para que essa realidade salte aos olhos: "Não existe legalidade. É tudo ilegal", diz o delegado Alexandre Saraiva, que foi superintendente da PF em Roraima e se notabilizou pela abertura do inquérito contra o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em uma investigação sobre o comércio ilegal de madeira.

Segundo o delegado, a "palavra-chave" para desmontar a cadeia do ouro ilegal é rastreabilidade: "Mas é necessária uma rastreabilidade científica, e não apenas documental e autodeclaratória, como ocorre atualmente. Cada ouro de cada lugar tem uma assinatura química específica e totalmente particular. A PF tem meios de determinar isso".

> A PF bateu à porta de Vanda Garcia, irmã do governador de Roraima, Antonio Denarium, ferrenho defensor do garimpo

Saraiva completa: "O que não pode é a ANM sair distribuindo licenças de exploração de ouro sem fiscalizar. Com a simples análise das imagens de satélite disponíveis já se derruba mais da metade das licenças de operação concedidas pela ANM. Vai ficar claro que não há exploração em vários locais e que essas licenças existem para esquentar o ouro ilegal". O delegado acrescenta que, em Roraima, o dinheiro proveniente do ouro que sai ilegalmente acaba retornando e contribuindo para o financiamento de outras modalidades de crime, além do próprio garimpo, como o tráfico de drogas, o desmatamento e a grilagem. "Tudo está visceralmente interligado."

Karipuna contesta a tese da dependência econômica do ouro ilegal no estado: "O que existe é a falta de políticas públicas adequadas para atender as diversas populações da Amazônia". O coordenador da Apib diz que criar oportunidades de trabalho e produção ajudaria a diminuir o impacto da exploração minerária nos territórios indígenas. "O discurso da dependência do ouro e de que o garimpeiro braçal só tem isso para fazer,

na verdade, é uma desculpa dada pelos financiadores da exploração ilegal dessa riqueza. Nós, indígenas, defendemos o direito territorial de nossos povos em todos os sentidos. O governo e a sociedade devem investir recursos em formação e qualificações diversas para que haja alternativas econômicas que diminuam a pressão hoje exercida sobre os territórios indígenas e outras áreas de preservação."

O plano para o desmonte da extração ilegal de ouro deverá contar com os recursos do redivivo Fundo Amazônia, agora com a adesão dos EUA. Na primeira reunião do Conselho Orientador do Fundo, realizada, na quarta-feira 15, na sede do BNDES, foi anunciado o projeto Amazônia Mais Segura, coordenado pelo Ministério da Justiça, que contará com recursos internacionais para promover a assistência emergencial aos indígenas e, em seguida, realizar ações de retomada, controle e ordenamento territorial. Estavam presentes na reunião do Conselho as ministras Marina Silva (Meio Ambiente) e Sônia Guajajara (Povos Indígenas), o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, e o secretário-executivo do MJ, Ricardo Capelli. "Há muitos problemas a resolver na Amazônia. Não apenas crimes ambientais, mas também questões de fome e saúde", disse Marina ao final da reunião.

Rodrigo Agostinho, do Ibama, afirma que o objetivo neste primeiro momento é reverter "um quadro de ausência total do Estado". Segundo ele, no governo anterior, o Ibama não atuava, fazia vista grossa. "Agora, o órgão está empenhado em fiscalizar e ajudar a pegar quem tem grande lucratividade com o ouro ilegal da Amazônia, quem sonegou impostos e fraudou documentos e quem usou o ouro para lavar dinheiro de outros crimes", diz. O presidente do Ibama promete apresentar em breve os resultados das investigações: "Estamos a cada dia mais perto de identificar todos os elos dessa indústria do crime". •

FERNANDO FRAZÃO/ABR

NAS ASAS DA CORRUPÇÃO

Empresa de táxi aéreo alertou Bolsonaro sobre pedido de propina, mas o ex-capitão ignorou a denúncia

Durante os dois anos de pandemia, o consumo de combustível para aviação teve queda de 10% na média nacional. No mesmo período, o item registrou aumento de 89% em Roraima. A aviação no espaço aéreo da Terra Yanomâmi é um elemento central para entender o sucesso do garimpo ilegal no estado e voltou aos holofotes esta semana, após o vazamento da informação de que a empresa Voare Táxi Aéreo, única com autorização para operar no local, teria alertado o governo Bolsonaro sobre tentativas de corrupção por parte do comando do Distrito Indígena Yanomâmi.

Segundo a empresa, para forçar o pagamento de propina, o coordenador do distrito, Francisco Dias, passou a exigir que as aeronaves fossem equipadas com macas, balões de oxigênio e equipamentos de primeiros socorros, o que não constava do contrato original. Em nota, Dias afirma que prestou esclarecimentos ao Ministério Público e entregou documentos que comprovam a inabilitação da Voare para prestar o serviço desejado. Responsável pela indicação do coordenador, o senador Mecias de Jesus qualificou a denúncia de propina como "vazia, leviana e descabida".

O assunto veio à tona após denúncias de que a Voare teria recebido boa parte dos recursos destinados à saúde dos Yanomâmis durante o governo Bolsonaro. Uma das sócias, Maria Helena Lima, que deixou oficialmente a empresa em dezembro de 2022, assumiu um mês depois mandato como deputada federal, eleita pelo MDB. Por sua vez, o presidente da Voare, Renildo Lima divulgou nota negando qualquer favorecimento e afirmando que sua empresa ganhou a licitação para operar na Terra Yanomâmi, após vencer um pregão eletrônico nacional coordenado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai): "Não fosse a atuação da Voare, a situação dos Yanomâmis seria muito pior".

TI Yanomâmi. A Voare transporta as equipes de saúde

A ilegalidade é insustentável

ENTREVISTA O garimpo predatório pode ser substituído por uma mineração em prol dos povos indígenas, diz geóloga

A FABÍOLA MENDONÇA

Esforço. Suzi Huff Theodoro é uma das pesquisadoras que analisaram dados da Agência Nacional de Mineração desde os anos 1960 para pensar em soluções

Em meio à crise humanitária vivida pelo povo Yanomâmi, um grupo de seis pesquisadoras, algumas delas indígenas, acaba de lançar o livro *Mineração em Terras Indígenas – Desenvolvimento para Quem?* Com base em dados da Agência Nacional de Mineração, a publicação revela que muitos dos requerimentos de pesquisa e exploração minerária em tramitação no órgão desde os anos 1960 estão sobrepostos ou no limite das TIs. Em entrevista a *CartaCapital*, uma das autoras do livro, Suzi Huff Theodoro, professora da UnB e diretora da Federação Brasileira dos Geólogos (Febrageo), repudia o garimpo predatório, mas diz ser possível regulamentar a mineração nesses territórios, com regras para preservar não só o meio ambiente, mas a cultura e a ancestralidade dos indígenas.

CartaCapital: Como surgiu o livro?

Suzi Huff Theodoro: O projeto surgiu no começo da pandemia, quando questionávamos sobre qual a posição da Febrageo a respeito da mineração em terras indígenas. Reunimos um grupo de pessoas de diferentes perfis, desde quem é a favor do garimpo até quem é totalmente contra, e elaboramos um relatório apresentado à diretoria da entidade. Nem todo processo minerário é garimpo. Não somos contra mineração de modo geral, mas acreditamos que a exploração em áreas demarcadas não está amparada pela lei. O Brasil tem uma área total de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e somente 14% desse território é ocupado por indígenas. Muitos pedidos minerários extrapolam o limite da área indígena, contrariando uma determinação do Ministério Público. Essa sobreposição soma 50 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 4% da extensão territorial destinada aos indígenas. A gente não chegou a considerar o garimpo ilegal e predatório no livro, porque os dados sequer estão na base do governo. O garimpo é contravenção mesmo. Na obra, a gente fala de mineração legal.

CC: Quais minérios despertam maior interesse das empresas?

SHT: Em primeiro lugar, o ouro. Depois, vem a cassiterita, de onde é extraído o estanho. Onde tem ouro tem estanho. A gente quer mostrar aos nossos alunos que eles devem ter uma vivência com as comunidades indígenas para mudar a forma de enxergar a Geologia. Muito daquilo que é recurso para a sociedade não indígena é de grande valor para os povos originários, tem a ver com a ancestralidade, cultura, religião. Os futuros profissionais precisam ter essa conexão. Existem iniciati-

a exploração via garimpo sem regra alguma. Quando não é legal, não tem a quem cobrar. Não podemos demonizar a mineração, mas também não se pode permitir que a mineração seja conduzida como vem sendo há 500 anos no Brasil, a partir dos interesses de uma elite brasileira e do mercado da geopolítica internacional, que quer ter acesso às reservas de mercadorias, especialmente metais como ouro ou o ferro. Existe a possibilidade de o País se desenvolver com a mineração, mas com regras. É preciso contemplar quem está diretamente impactado pela atividade. A sociedade brasileira precisa discutir isso. Outro ponto é a rastreabilidade do ouro do garimpo ilegal. É muito difícil saber a assinatura, a química do ouro, dizer de onde ele foi extraído. Como ele é um metal dissolvido, sobretudo com o mercúrio, muitas das características geológicas são perdidas. Tem de haver outros mecanismos de rastreabilidade.

CC: Como enfrentar a atual crise do garimpo ilegal nas TIs?

SHT: Como qualquer atividade ilegal, ela deve ser combatida nos termos da lei. Desintrusão da população garimpeira, identificação da cadeia de apoio, financiamento e logística de venda dos minérios, em especial ouro e cassiterita, com punição, sequestro de bens dos financiadores e privação da liberdade. Mas é preciso oferecer alternativas socioeconômicas para esse contingente de trabalhadores com pouca qualificação, sem acesso a emprego, educação ou saúde. Muitos estão no limite entre morrer ou morrer. O garimpo é, talvez, a última esperança de garantir a sobrevivência, caso encontrem o minério e consigam repassá-lo. A sociedade como um todo e o Estado em particular precisam entender que eles mesmos geram essa massa humana que não tem mais quase nada a perder. A falta de oportunidades alimenta o garimpo e o mercado predatório os absorve de forma criminosa. •

vas de exploração mineral das próprias comunidades, que podem, por exemplo, produzir biojoias ou ativos a serem comercializados com valor agregado das culturas indígenas. Os povos originários precisam definir qual é o destino que eles querem dar a esses recursos e a Constituição prevê isso. Se os indígenas acham que que é possível fazer isso, que esses recursos podem trazer desenvolvimento dentro daquilo que entendem, então eles poderiam fazer.

CC: Quais são as TIs mais ameaçadas pela mineração?

SHT: Das cinco regiões brasileiras, aquela que possui o maior número de terras indígenas é a Norte, com um total de 295, sendo 255 regularizadas, 22 declaradas, seis delimitadas, seis encaminhadas para Reserva Indígena, cinco em estudo e duas homologadas. Essa região também concentra a maior parte das sobreposições dos processos minerais, em diferentes fases de análise na ANM. Ao menos 1.885 processos encontram-se em interseção com TIs. Desse total, 1.357 (72%) referem-se a requerimentos de pesquisa e a maior parte ocorre em áreas nos estados de Roraima (699), Pará (580), Amazonas (353) e Rondônia (220). Dos requerimentos protocolados na ANM, 42% referem-se à exploração de ouro. Na sequência, vem cassiterita (12%), cobre (6%), tântalo (4%), potássio (3%), alumínio (3%), diamante (2%), columbita (2%) e manganês (2%).

CC: Existe um caminho possível que concilie exploração e preservação?

SHT: Quem vai decidir o que fazer com esses recursos deve ser o governo brasileiro, o serviço geológico do Brasil, em parceria com universidades que estejam na região e que tenham conhecimento e vivência com as comunidades envolvidas. O minério tem valores culturais, sociais que não são econômicos e existem alternativas da própria exploração quando há consenso e os benefícios para os indígenas sejam dentro daquilo que eles esperam. O que achamos impossível é admitir

BRUNO KELLY/AMAZÔNIA REAL E REDES SOCIAIS

Os alvos de sempre

SÃO PAULO O Litoral Norte foi atingido por um dilúvio, mas foi a desigualdade que ceifou a vida dos mais pobres

POR RODRIGO MARTINS

"Júpiter já ia espalhar os raios por todas as terras, mas teve medo de que o éter sagrado se inflamasse com todo aquele fogo e o mundo ardesse em toda a extensão de seu eixo. (...) Põe de lado os dardos feitos pelas mãos dos ciclopes; apraz um castigo diferente: destruir pela água o gênero humano e desfazer as nuvens de todo o céu"
Ovídio, em *Metamorfoses* (8 d.C.)

O dilúvio no Litoral Norte paulista não tem precedentes na história do Brasil. Entre a madrugada do sábado 18 e a noite do domingo 19, a chuva que atingiu as cidades de São Sebastião e Bertioga foi superior a toda precipitação acumulada em janeiro e fevereiro do ano passado. Em outras palavras, o aguaceiro caído em apenas dois dias foi maior que o previsto para dois meses no verão, atesta o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, conhecido pela sigla Cemaden. Não há como negar o impacto das mudanças climáticas no episódio. Tempestades desse porte costumavam levar décadas, às vezes séculos para se repetir com tamanha fúria. Nos últimos tempos, a quebra de recordes tornou-se corriqueira. Não se pode, porém, culpar somente Júpiter ou Zeus pelo castigo infligido à população local. Como de hábito, as mortes se concentraram em encostas e áreas de risco, ocupadas pelos habitantes mais pobres, aqueles que prestam serviços aos veranistas e turistas dos locais mais seguros do balneário.

As catástrofes brasileiras possuem uma geografia bem peculiar, como foi possível verificar no distrito de Barra do Sahy, em São Sebastião. Naquele infausto fim de

Sem teto. Mais de 2,5 mil habitantes ficaram desbrigados nos municípios litorâneos devastados pelo temporal

NELSON ALMEIDA/AFP

semana, a região registrou uma precipitação de 648,53mm. Cada milímetro de chuva corresponde a um litro de água por metro quadrado. Se um morador tivesse a ideia de abrir a tampa de uma caixa d'água de mil litros durante a tempestade, é provável que ela transbordasse, pois os modelos disponíveis no mercado costumam ocupar ao menos 1,5 metro quadrado. A tempestade provocou a inundação de alguns hotéis e pousadas próximos da praia, mas o infortúnio dos hóspedes não chega a comover diante do desastre visto na vizinha Vila do Sahy, com edificações erguidas à base do improviso entre as margens da Rodovia Rio-Santos e o pé da serra.

A ocupação irregular começou no início dos anos 1990, com migrantes nordestinos em busca de oportunidades de trabalho no Litoral Norte de São Paulo. Hoje, segundo um recente processo de regularização fundiária monitorado pelo Ministério Público, a Vila do Sahy possui 648 domicílios, onde residem 779 famílias. Quem vive ali não está a passeio. A comunidade abriga vendedores ambulantes, empregadas domésticas, caseiros, jardineiros e toda a sorte de trabalhadores que garantem o conforto dos veranistas no entorno das praias de Barra do Una e Baleia. Enquanto alguns desses turistas desembolsaram até 30 mil reais para deixar a re-

A grande maioria das vítimas vivia na Vila do Sahy, a abrigar os serviçais dos veranistas que puderam escapar de helicóptero

Risco. Os trabalhadores de baixa renda só têm acesso às perigosas encostas

gião de helicóptero, os habitantes da pobre Vila do Sahy não tinham escolha senão revirar a terra em busca de familiares desaparecidos e objetos que pudessem ter alguma serventia, após suas casas terem sido engolidas por um tsunami de lama.

Na terça-feira 21, terceiro dia de buscas, a Defesa Civil contabilizava 46 mortes, mais de 40 desaparecidos e 1.943 desabrigados em São Sebastião, que decretou estado de calamidade pública. A grande maioria das vítimas morava em Vila do Sahy. Bairros inteiros ficaram ilhados, com problemas de abastecimento de energia, água e telefonia. As orlas de numerosas praias da costa sul do município, a exemplo de Juquehy, Camburi e Boiçucanga, ficaram irreconhecíveis. Em alguns pontos, o calçadão ruiu, deixando uma cratera entre a pista e a faixa de areia. Diversos trechos da Rodovia Rio–Santos ficaram bloqueados por quedas de árvores e deslizamentos de terra.

O cenário de devastação repetiu-se, em menor escala, em todos os municípios do Litoral Norte paulista. Em Ubatuba, uma menina de 7 anos morreu após uma pedra de 2 toneladas se desprender de um barranco e atingir a casa onde estava, no bairro Estufa 2. Inundações e deslizamentos de terra deixaram 196 desalojados em bairros como Sertão da Quina, Maranduba, Arariba e Caçandoca. Devido à tempestade, todos os eventos do Carnaval no domingo 19 foram cancelados. Menos afetada, a vizinha Caraguatatuba também sofreu com inundações, potencializadas pela maré alta. Mas a chuva torrencial do último fim de semana não provocou mortes, só perdas materiais. O Hospital Regional da cidade abriu as portas para atendimentos de emergência a moradores de municípios vizinhos, inclusive os sobreviventes res-

Prevenção. Lula promete investir em moradia popular para evitar tragédias

ROVENA ROSA/ABR

gatados de helicóptero de São Sebastião.

Ilhabela também foi duramente castigada pelas chuvas, com estragos concentrados na região sul do arquipélago. Por conta do mau tempo, o serviço de balsa sofreu diversas interrupções, dificultando a saída dos turistas. Bertioga padeceu com índices recordes de precipitação. Na estação da Praia de Guaratuba, foram registrados 694 milímetros de chuva, mais que o volume de água acumulado nos dois primeiros meses de 2022 (624,48 mm). A prefeitura cancelou a programação do Carnaval e as atividades esportivas da Arena Radical, na Praia de Riviera. Nos bairros de São Lourenço e Boraceia, o abastecimento de água sofreu interrupções. A Rodovia Mogi-Bertioga segue interditada nos dois sentidos, entre os quilômetros 77, em Mogi das Cruzes, e 98, já na cidade litorânea. O trânsito só deve ser restabelecido daqui a dois meses, estima a secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. Orçadas em 9,4 milhões de reais, as obras incluem recuperação total da pista, construção de um muro de arrimo para contenção e um novo sistema de drenagem.

Se dependessem dos recursos deixados pelo governo de Jair Bolsonaro, os atingidos pelas chuvas no Litoral Norte estariam completamente desassistidos. O ex-capitão reservou irrisórios 25 mil reais para auxiliar vítimas de desastres naturais no Brasil em 2023. Você não leu errado, foram 25 mil reais mesmo, valor insuficiente para erguer um único casebre de alvenaria. “Temos o levantamento de 14 mil pontos no Brasil com risco muito alto de deslizamento. Aproximadamente, 4 milhões de pessoas vivem nessas regiões já mapeadas pelo governo”, observou o ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, ao celebrar o fato de a PEC da Transição ter recomposto o anêmico orçamento da gestão anterior.

Na segunda-feira 20, após sobrevoar de helicóptero as áreas mais devastadas pelo dilúvio, o presidente Lula reuniu-se com o governador Tarcísio de Freitas, do PL, e prometeu investir na construção de unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida para evitar que a população afetada voltasse a ocupar as encostas. O ministro do Desenvolvimento Regional, Wellington Dias, informou ainda que vai antecipar os pagamentos do Bolsa Família a todos os beneficiários dos municípios atingidos.

> Bolsonaro reservou míseros 25 mil reais para socorrer os afetados por desastres no Brasil

Freitas, por sua vez, decretou situação de calamidade em seis municípios do litoral, para facilitar a adoção de medidas emergenciais, como os reparos nas rodovias e a instalação de um hospital de campanha pela Marinha em São Sebastião, com 300 leitos e 21 profissionais de saúde. Maior embarcação de guerra do País, o navio Atlântico foi enviado para prestar ajuda humanitária na região, a pedido do governador paulista.

As iniciativas emergenciais são bem-vindas, mas não resolvem o problema estrutural, provocado pela desigualdade e ocupação irregular do solo por famílias pobres. Diante do longo histórico do Poder Público de tapar o sol com a peneira, ao menos desta vez as ministras Marina Silva, do Meio Ambiente, e Luciana Santos, da Ciência, Tecnologia e Inovação, apresentaram uma proposta mais duradoura e racional para prevenir a sucessão de tragédias. A ideia é criar um plano emergencial de adaptação a eventos climáticos extremos em 1.038 cidades, que abrigam 57% da população do País. “Se eu tenho a série histórica dizendo que esses municípios apresentam altíssimo risco, ou alto risco, eu posso decretar emergência climática”, explica Marina. Dessa forma, seria possível alocar mais facilmente os recursos necessários para obras de contenção de encostas, sistemas de drenagem, reassentamento de moradores e recuperação de matas ciliares, além de aperfeiçoar os planos de defesa civil e sistemas de alertas. •

ARTHUR CHIORO

Contra catástrofes, ações

▶ Embora tenha sido decorrente do maior índice pluviométrico já registrado, a calamidade no litoral paulista reforça a necessidade de medidas preventivas e coordenadas

Situações catastróficas têm se repetido no País. O incêndio da Boate Kiss (2013) resultou em 242 mortos. O rompimento da barragem em Mariana (2015) deixou 19 mortos. O rompimento da barragem em Brumadinho (2019), o maior acidente de trabalho no Brasil em perda de vidas humanas e o segundo maior desastre industrial e ambiental do século, resultou em 270 mortos.

O temporal que caiu na Baixada Santista, litoral de São Paulo, em 2020, provocou deslizamentos de terra e deixou 45 mortos, sendo 34 no Guarujá. Nada comparado ao que se viu em Petrópolis, em 2022, quando enchentes e 775 deslizamentos de terra produziram 241 vítimas fatais.

Ainda que a devastação de parte do Litoral Norte paulista no feriado de Carnaval tenha decorrido do maior índice pluviométrico já registrado, as perdas humanas e materiais incalculáveis reiteram a necessidade de se manter, em caráter permanente, o Plano Nacional de Preparação e Resposta às Emergências de Saúde Pública, literalmente abandonado no último governo.

Constatar que o presidente Lula, o governador de São Paulo e os prefeitos da região afetada estão agindo de forma integrada é alentador. Mas não basta. É preciso agir de forma preventiva, preparando respostas integradas para situações com potencial de desastre. Na área da saúde é preciso agir, sobretudo, em três frentes.

A primeira, voltada à redução do risco, depende de ações de prevenção, mitigação e preparação, por meio da elaboração de planos voltados aos desastres e redução dos seus impactos na saúde. A segunda exige o adequado manejo do desastre e compreende as ações destinadas aos sinais de alerta, à manutenção das atividades de rotina e à intensificação da demanda por atendimento. A terceira é a recuperação dos serviços de saúde, garantindo-se que voltem à normalidade e que tenham as estruturas físicas, eventualmente comprometidas, reconstruídas.

Algumas questões se impõem como prioridades do ponto de vista sanitário. A primeira é o pronto-atendimento das vítimas, que sofrem graus variados de lesões, traumas, afogamentos e outras injúrias. O SAMU-192 tem papel destacado no socorro imediato das vítimas e no transporte, seguro e regulado, para a Rede de Urgências e Emergências, com serviços como UPA, e hospitais capazes de garantir acesso e acolhimento aos casos agudos, contemplando a classificação de risco e intervenção adequada aos diferentes agravos.

A garantia de outras ações visando cuidados de saúde voltados às vítimas e aos trabalhadores que atuam no resgate e reconstrução das localidades atingidas também é fundamental.

A primeira delas é o imediato restabelecimento da oferta de água com qualidade para consumo humano. Muitas doenças de veiculação hídrica, como cólera e manifestações diarreicas agudas, além de doenças com sintomas mais tardios, como Hepatite A, febre tifoide e infecções por parasitos intestinais, são graves ameaças àqueles envolvidos nas catástrofes.

Nas áreas de inundação costumam ocorrer surtos de leptospirose, doença causada pelo contato com água ou lama impregnadas pela urina de roedores contaminados e que apresenta alta taxa de letalidade. A ação oportuna e eficiente das equipes médicas e das secretarias municipais de Saúde pode evitar óbitos e prevenir novos casos.

A exposição das pessoas a condições meteorológicas adversas (umidade, frio, vento), o deslocamento de suas residências e a estada temporária em abrigos podem favorecer a disseminação de doenças de transmissão respiratória, tais como gripe, meningites, sarampo, rubéola, difteria, coqueluche e tuberculose.

Ampliar a cobertura vacinal das pessoas expostas, em particular contra o tétano, é um desafio imediato tanto quanto lidar com os riscos de acidentes por animais peçonhentos e de surtos de dengue.

Vale destacar ainda a necessidade de ações emergenciais de apoio a quem sofre transtornos mentais. Os impactos, afinal de contas, não são estritamente de ordem material. Muitos perdem entes queridos, lidam de perto com a morte e veem seus planos de vida destruídos – inclusive os trabalhadores da saúde que vivem nas localidades atingidas. Daí a importância do suporte à saúde mental.

Para que tudo isso seja possível, é preciso apoio dos governos estaduais e da União. A constituição e o fortalecimento da Força Nacional de Saúde do SUS é, portanto, cada vez mais necessária. Espera-se que o País possa se preparar de forma mais adequada e consistente para o enfrentamento de situações de calamidade. É possível e é preciso avançar nesse sentido. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

SAÚDE

Rede D'Or cria o maior parque robótico da América Latina

ROBÔS DE 4ª GERAÇÃO PERMITEM CIRURGIAS MAIS SEGURAS E COM MÁXIMA PRECISÃO NOS MOVIMENTOS.

Com investimento de R$ 200 milhões, a Rede D'Or ampliou seu parque de cirurgia robótica, hoje o maior da América Latina (v. infográfico).

Minimamente invasiva, a cirurgia robótica amplia as possibilidades de tratamento e reduz o tempo de internação do paciente.

O robô conta com quatro braços mecânicos, equipados com instrumentos cirúrgicos e uma câmera. Há ainda equipamentos com recursos integrados, como braços com rotação em 360° e imagens 3D HD.

Quem comanda os movimentos é o cirurgião, que fica sentado à distância e acompanha tudo o que ocorre com uma visão tridimensional 10x ampliada.

"Com o robô é possível fazer incisões menores, estabilizar tremores, garantir maior alcance e amplitude dos movimentos. Consigo operar com máxima precisão e delicadeza, enxergando detalhes", explica Carlos Domene, coordenador médico do Programa de Cirurgia Robótica da Rede D'Or.

A cirurgia robótica tornou-se padrão-ouro para tratamento de determinados tumores e outras doenças, em especialidades médicas como urologia, ginecologia e cirurgia bariátrica.

Um dos maiores cirurgiões gerais do País, Antonio Macedo defende a técnica. "O domínio dessa tecnologia nos possibilita realizar cirurgias de altíssima complexidade, com menos desconforto e rápida recuperação do paciente", explica.

Sergio Watson Filho fez cirurgia robótica para tratar doença pulmonar e voltou a ter uma rotina ativa.

PARECIA IMPOSSÍVEL

Quando cirurgiões habilidosos e robôs de ponta estão juntos, quem mais ganha é o paciente.

Um exemplo é a história de Sergio Watson Filho, 65 anos. Ele tinha uma grave doença pulmonar. Por causa dessa condição, dependia de cilindro de oxigênio e se cansava até mesmo durante uma simples conversa em repouso.

Em 2022, Sergio passou por uma cirurgia robótica conduzida pelo médico Tiago Machuca, um dos maior especialistas mundiais em cirurgia torácica. Radicado nos EUA há 15 anos, Machuca está voltando ao Brasil para operar nos hospitais da Rede D'Or.

Após a cirurgia, Sergio pôde deixar a unidade caminhando, finalmente, sem o auxílio do oxigênio. ■

SAIBA MAIS

Parque robótico da Rede D'Or

Estado	Robôs
São Paulo	9
Rio de Janeiro	6
Bahia	3
Brasília	2
Pernambuco	2
Sergipe	1
Ceará*	1

*A partir de março de 2023

Reforço à vista

BOLSA FAMÍLIA O novo desenho do programa será revelado no fim do mês e os beneficiários anseiam pelo recurso extra para filhos pequenos

"Antes eu recebia 160 reais, depois o auxílio aumentou na pandemia e, agora, com 600 reais, a gente consegue se manter. Estou sem trabalhar há muito tempo e meu marido faz bicos. É com o Bolsa Família que fazemos uma feirinha para dar de comer às nossas duas filhas." A declaração é de Glaiziane Bernardo, beneficiária do programa há 15 anos, mãe de Luana, de 5 anos, e de Mickaely, de 15. Ela não vê a hora de receber o acréscimo de 150 reais no valor do benefício a partir de março, quando o governo começa a pagar a diferença para as famílias com filhos menores de 6 anos. Moradora da periferia no município de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, Glaiziane tem no Bolsa Família a única renda fixa da casa.

A realidade desta brasileira não é muito diferente daquela vivenciada por Juliana Santos ou pela diarista Valquíria Maria. Ambas têm no programa a sua principal fonte de renda. "Eu me viro como posso, trabalho com reciclagem, mas não é nada fixo. O certo é o que recebo do Bolsa Família", diz Juliana, moradora de Fortaleza e mãe de três filhos com idades entre 7 e 12 anos. "Sem esse benefício, nem sei como a gente estaria", acrescenta Valquíria Maria, beneficiária do programa há 14 anos e mãe de Luiz Fernando, de 10 anos. As duas recebem o auxílio de 600 reais, mas não terão direito ao valor extra de 150 reais porque seus filhos estão acima da idade estabelecida.

Depois de ter sido desfigurado e rebatizado pelo governo Bolsonaro, o Bolsa Família deve ser relançado em 28 de fevereiro pelo presidente Lula, por meio de uma Medida Provisória, quando voltará a ser chamado pelo nome original e trará como novidade o acréscimo de 150 reais por filho menor de 6 anos, valor que começa a ser pago a partir do calendário de março. Para receber o benefício, é necessário ter renda *per capita* abaixo de 120 reais e que as crianças estejam matriculadas na escola e com o cartão de vacinação em dia. O novo programa tem como ponto central a renda familiar, e não individual, como era o Auxílio Brasil, criado na gestão de João Roma no Ministério da Cidadania. O Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome está concluindo um estudo técnico para apresentar a Lula a formatação final.

> **O governo vai pagar 150 reais a mais para cada criança de até 6 anos, vacinada e na escola**

Os dois primeiros meses do governo foram dedicados a elaborar um plano para ressuscitar o Cadastro Único (CadÚnico), desmantelado pelo governo passado. "Ele é a base, o cérebro para que a gente tenha as políticas voltadas para as pessoas de todas as idades, desde a gestação até a idade adulta, e garantir políticas destinadas a cada situação, da família, do município, dos estados, e apresentar uma proposta que possa trabalhar de forma integrada com o Ministério da Saúde, Casa Civil, Fazenda, mulheres, indígenas, enfim, áreas para que a gente possa ter uma proposta consistente e que garanta a proteção so-

cial”, explica Wellington Dias, ministro de Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome. No início de fevereiro, Dias reuniu-se com representantes das prefeituras municipais, dos governos estaduais e com o Conselho Nacional de Assistência Social, para discutir ações de reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a repactuação da Comissão Intergestores Tripartite.

Na quarta-feira 15, o Ministério publicou uma portaria institucionalizando a repactuação e um acordo assinado junto à Defensoria Pública da União e à Advocacia-Geral da União, a prever a elabora-

FELIPE BARROS/PREFEITURA DE ITAPEVI E ARQUIVO PESSOAL

Sobrevivência. O benefício á a única fonte de renda segura da diarista Valquíria Maria, mãe de Luiz Fernando, de 10 anos

ção de um plano de trabalho para o fortalecimento do CadÚnico e da Rede SUAS. O acordo com a DPU e a AGU suspende uma ação de 2020 existente contra o governo federal, a questionar a paralisação das atividades de cadastramento e atualização do CadÚnico durante a pandemia de Covid-19, a desestruturação da rede descentralizada de atendimento às famílias no SUAS, a falta de articulação federativa e de orientação aos municípios e à sociedade, bem como o aumento do número de cadastros com divergência de renda e desatualizados. Problemas em série legados do ex-capitão.

Dentro do acordo de cooperação, o Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome vai repassar cerca de 200 milhões de reais a estados e municípios, para a reestruturação da Rede SUAS, através da operação denominada Busca Ativa. O recurso vai municiar, entre os meses de março e abril deste ano, o trabalho de pente-fino que o Ministério pretende fazer no CadÚnico, para retirar pessoas cadastradas de forma irregular e incluir aqueles que precisam e estão de fora dos mais de 30 programas sociais disponíveis, dentre eles o Bolsa Família. Neste primeiro momento, o governo pretende alcançar quem vive em condição de extrema vulnerabilidade, mas ainda não recebe qualquer benefício, como pessoas em situação de rua, povos indígenas e crianças submetidas ao trabalho. O levantamento será feito por assistentes sociais capacitadas pelo SUAS.

“Sem dúvida, a principal mudança no novo modelo do programa diz respeito ao retorno da articulação entre a política de assistência social, saúde e educação, al-

Cooperação. Wellington Dias se reuniu com gestores municipais e estaduais para discutir a reestruturação do SUAS

go que inexistia no Auxílio Brasil. O Bolsa Família traz de volta o princípio da intersetorialidade no Sistema Único de Assistência Social. Garantir que as crianças estejam na escola, com o acompanhamento de saúde em dia, vai estabelecer a ideia de proteção social como dever do Estado e não somente como competência de uma única política pública", salienta Priscila Cordeiro, do Conselho Federal de Assistência Social. Ela cita a importância da reestruturação do CadÚnico. "É uma base de dados que traz diagnósticos importantes sobre a realidade da pobreza e subsidia a construção de políticas públicas. O governo anterior deslegitimava o CadÚnico, tornando-o um aplicativo distante da vida dos usuários."

A operação Busca Ativa vai mirar também as pessoas com renda acima da média inscrita no Bolsa Família. Tal irregularidade foi facilitada pela brecha existente no formato estabelecido pelo Auxílio Brasil, que utilizava um aplicativo sem muito critério para o cadastramento. "O objetivo é abrir a porta e dar as mãos aos mais pobres, incluir quem está de fora e excluir quem está recebendo irregularmente. Essas pessoas serão mapeadas e entrevistadas. Vamos entender o contexto de cada caso e fazer os encaminhamentos adequados", esclarece Dias. Dados do Ministério com base nos registros do aplicativo mostram um crescimento considerável dos cadastros unipessoais, que é quando uma pessoa se cadastra individualmente. Isso, porque o Auxílio Brasil não considerava a composição familiar, abrindo a possibilidade para que pessoas da mesma família recebessem o benefício.

Entre dezembro de 2020 e dezembro de 2022, o número de famílias contempladas pelo programa aumentou de 14 milhões para 22 de milhões. Também chama atenção a quantidade de pessoas que afirmaram morar sozinhas. Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2022, esse contingente cresceu 224%. A expectativa é de que, até o fim do ano, pelo menos 5 milhões de famílias que se dizem unipessoais inscritas no programa de transferência de renda terão seus cadastros revisados. O cruzamento de dados feito pelo governo federal identificou pessoas com renda acima de 9 mil reais inscritas no programa, ocupando o lugar de quem realmente precisa.

> Com a volta do CadÚnico, será possível anular os benefícios indevidos e incluir quem precisa

Além dos 200 milhões de reais destinados à reestruturação do CadÚnico, o governo federal deve liberar este ano outros 2,2 bilhões de cofinanciamento para estados e municípios, para subsidiar a Rede SUAS e fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop) e outras unidades que atendem na ponta o público-alvo das políticas sociais. •

– Por Fabíola Mendonça

ROBERTA ALINE/MDS

ALDO FORNAZIERI

Impasse na Ucrânia

▶ **Lula acerta em atuar pela paz, mas não pode negligenciar o fato de que Putin é o invasor e tem sido acusado de crimes de guerra**

A guerra movida por Vladimir Putin contra a Ucrânia completa um ano com alguns consensos entre os analistas e muitas incertezas. O principal consenso diz respeito ao erro de cálculo monumental de Putin ao iniciar a guerra, imaginando que tomaria a Ucrânia em três dias. O presidente russo calculou mal a resistência ucraniana e não imaginou que o Ocidente (EUA e Europa) reagiria fortemente.

Outros consensos se referem ao caráter desnecessário e criminoso da guerra, a violar vários princípios da ONU. Os russos são acusados de cometer crimes de guerra e contra a humanidade. O sequestro de crianças e sua alocação em campos de concentração, até que sejam adotadas por famílias russas, equiparam Putin a Hitler, que sequestrou milhões de crianças polonesas, e aos generais da ditadura argentina.

Há ainda o consenso acerca do despreparo do exército russo para a guerra: mil tanques russos foram destruídos e 500 capturados pelos ucranianos. As perdas de jovens soldados russos são enormes, causando dor e sofrimento às famílias e aumentando as críticas internas à condução dada pelos generais russos. Hoje existem cerca de 20 mil presos políticos na Rússia e mais de 3 milhões de pessoas que abandonaram o país.

Do lado ucraniano, evidentemente, a dor e o sofrimento são ainda maiores, em face da morte de civis, de crianças, da destruição de casas, escolas, hospitais, infraestrutura e escassez de alimentos, remédios e energia. Neste inverno, Putin moveu uma guerra contra a população civil ao destruir as linhas de abastecimento de energia, impondo um frio rigoroso às pessoas.

No que diz respeito aos rumos da guerra, nos últimos dias o que se viu foram dois tipos de escalada. Uma escalada retórica, por parte de Putin e Biden. Putin voltou a proferir ameaças, mas sem definir novos objetivos. Deixou claro que não aceitará uma derrota. Biden, por sua vez, com o aval da Europa e da Otan, reforçou o apoio à Ucrânia e deixou claro que não aceitará uma vitória da Rússia na Ucrânia.

Na frente militar, a escalada deve-se, por um lado, ao deslocamento de 300 mil soldados russos para o território ucraniano e, por outro, pelo fornecimento de artilharia pesada e moderna à Ucrânia pelos países ocidentais. Possivelmente, a Ucrânia deverá receber aviões de combate com o aumento de seu poderio bélico.

Com a perspectiva de escalada da guerra nos próximos meses, quais são os cenários vislumbrados? Há um significativo consenso entre os analistas políticos e militares do Ocidente em torno de um paradoxo: no curto e no médio prazo, a Rússia não tem capacidade para alcançar seus objetivos políticos pela via da força militar e a Ucrânia não tem força suficiente para expulsar o invasor e reconquistar a integralidade do seu território. Os objetivos de um ou de outro só poderiam ser alcançados por uma guerra prolongada, o que pode exaurir as forças e capacidades de ambos.

Estabelecido este impasse, muitos apostam que a racionalidade dos contendores os levaria à mesa de negociações. É improvável que se chegaria à paz, mas é possível que se chegue a um armistício, com a suspensão dos combates. Para esse armistício, ambos os lados teriam de ceder: a Ucrânia poderia abandonar a ideia de integrar a Otan e a Rússia teria de fazer concessões, em parte ao menos, de territórios invadidos.

As alternativas às negociações e ao armistício seriam trágicas: envolvimento crescente da Otan na guerra, uso de armas nucleares táticas por parte da Rússia ou guerra nuclear de grande escala. As consequências seriam imprevisíveis.

Além do impasse acerca da possibilidade de vitória de um ou de outro, o que pode reforçar as negociações são, do lado russo, o esgotamento da capacidade de repor o material bélico, o crescente descontentamento interno e as duras consequências das sanções sobre a economia. Do lado ucraniano, a continuada destruição, mortes na população e milhões de refugiados da guerra. Do lado do Ocidente, os elevados custos financeiros e de material bélico para manter o apoio à Ucrânia. Para o mundo, o aumento do preço de alimentos, inflação e problemas de abastecimento de energia.

Nesse sentido, as pressões pelo fim da guerra, venham elas de onde vierem, são bem-vindas. O presidente Lula acerta em pressionar pela paz. Mas essa pressão não pode negligenciar o fato de que Putin é o invasor que violou princípios da ONU e que vem sendo acusado de crimes de guerra. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

Por água abaixo

SÃO PAULO Nos últimos 20 anos, dezenas de países reestatizaram seus serviços de saneamento, mas Tarcísio de Freitas pretende fazer o contrário

POR MARIANA SERAFINI

A Sabesp, empresa de capital aberto responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto de 28,4 milhões de paulistas, está na mira do governador Tarcísio de Freitas, do Republicanos, para ser privatizada até 2024. Recentemente, no Fórum Econômico de Davos, o ex-ministro de Infraestrutura de Jair Bolsonaro anunciou que "o saneamento é a bola da vez", e manifestou a intenção de aproveitar os primeiros meses de gestão para se desfazer das ações da empresa – o governo de São Paulo é o maior acionista, com 50,3% do capital. A tarefa foi confiada à secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, que foi seu braço direito em Brasília e tem larga experiência em rifar empresas públicas.

"Vamos estudar a desestatização da Sabesp, o que abarca a privatização. Se esta for a melhor opção, vamos caminhar para isso", anunciou a secretária, em recente entrevista ao *Valor Econômico*. O alegado objetivo é acelerar a universalização do saneamento no estado, mas parece improvável que uma empresa privada vá, de fato, investir na expansão da rede de água e esgoto nas regiões mais pobres, exatamente aquelas que permanecem sem acesso a esses serviços essenciais.

Perto de completar 50 anos, em junho de 2023, a Sabesp está presente em 375 municípios paulistas, é a segunda maior companhia de saneamento da América Latina. "A empresa fecha no azul todos os anos e o governo beneficia-se dos dividendos distribuídos. Não faz o menor sentido a alegação de que a Sabesp está perdendo valor de mercado", comenta José Faggian, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintaema). De fato, entre janeiro e setembro de 2022, o lucro líquido foi superior a 2,47 bilhões de reais. Os dados do último trimestre do ano passado ainda não foram divulgados.

Para evitar a venda, o sindicato iniciou uma articulação com deputados e vereadores, a fim de construir frentes nas Casas Legislativas capazes de barrar o processo. Uma manifestação foi realizada na Bolsa de Valores na terça-feira 14, para dar largada ao processo de resistência. "Esse ato marca o Fevereiro Azul e integra o calendário de atividades preparatórias para a Conferência Mundial da Água, que será realizada pela ONU em março", explicou o sindicalista. "Temos todo o interesse em denunciar a proposta de venda da Sabesp e levar esse debate à população."

> **Com 28,4 milhões de clientes, a Sabesp teve um lucro líquido de 2,47 bilhões de reais entre janeiro e setembro de 2022**

Faggian observa que, nos últimos 20 anos, dezenas de países reestatizaram suas empresas de abastecimento de água e tratamento de esgoto porque, com a privatização, a qualidade do serviço caiu e as tarifas cobradas do consumidor final aumentaram significativamente. De fato, um estudo do Instituto Transnacional (TNI), centro de pesquisas com sede na Holanda, atesta que

FELIPE BARROS/PREFEITURA DE ITAPEVI E RICARDO BOTELHO/MINFRA

Pressa. O governador quer privatizar a empresa nos primeiros meses de gestão

312 cidades em 36 países retornaram ao modelo público. Entre elas figuram Paris, Berlim, La Paz e Buenos Aires.

Na quinta-feira 16, a ministra do Comércio Exterior e Desenvolvimento Internacional da Holanda, Liesje Schreinemacher, visitou a Estação de Tratamento de Esgoto Parque Novo Mundo, na Zona Norte da capital paulista, e ressaltou a importância da administração estatal nesse tipo de serviço. “A água é um assunto que deve ser tratado de forma transversal em todos os governos. Vocês têm uma das melhores companhias de águas do mundo e quere-

mos estreitar parcerias nesse tema", disse, durante o encontro para estabelecer acordos de cooperação na área.

Abrir mão do controle acionário da Sabesp é uma forma de o Poder Público lavar as mãos para os problemas de saneamento, afirma a deputada estadual Paula Nunes, do PSOL. "O liberalismo vende a ideia de que, ao privatizar, os serviços melhoram. Isso não é verdade. Privatizando, a gente tira a responsabilidade do Estado para com a população. E o único compromisso de uma empresa privada é com o lucro", alerta. "Vimos o que aconteceu agora com as linhas de Metrô que foram privatizadas. O serviço está um caos, teve diversos problemas nas últimas semanas."

Para o mercado financeiro, o saneamento é um negócio da China, um investimento seguro. "É uma forma de ter o monopólio natural, porque não existem duas redes de água ou duas redes de energia. Além do mais, trata-se de um serviço essencial sem o qual ninguém vive", comenta Faggian. "Tão logo o governador anuncie a venda, vão aparecer dezenas de interessados."

Em duas décadas, 312 cidades em 36 países tiveram de reestatizar os seus serviços de saneamento

Segundo o sindicalista, alguns fundos de pensão estrangeiros já manifestaram interesse na Sabesp. "O negócio também deve atrair empresas privadas que já operam por aqui. A Iguá Saneamento e a BRK Ambiental certamente estão de olho", especula Faggian.

Curiosamente, o novo presidente da companhia estatal, André Salcedo, nomeado em janeiro, foi diretor de Novos Negócios da Iguá Saneamento até 2021. A nova diretora de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente da Sabesp, Paula Alessandra Bonin Costa Violante, também tem uma passagem pela empresa privada, como diretora de Engenharia e Desenvolvimento Operacional, entre 2019 e 2023.

"Uma coisa é certa: se a iniciativa privada assumir o comando da Sabesp, ela não vai se preocupar em fazer os investimentos necessários para as regiões mais pobres." Atualmente, o maior déficit de cobertura está nas periferias da capital e da Região Metropolitana. "Muitas vezes esses bairros nem sequer estão regularizados. São ocupações clandestinas, em áreas de manancial ou de proteção ambiental. Ainda assim, a gente atende de alguma forma, nem que seja por caminhão-pipa ou torneira comunitária. Isso, com certeza, é o tipo de coisa que uma empresa privada não vai fazer."

Resistência. O deputado Emídio de Souza, do PT, quer envolver os prefeitos no debate

ARQUIVO/ALESP

Na Assembleia Legislativa, o deputado Emídio de Souza, do PT, garante que as articulações entre os novos parlamentares para defender a companhia já começaram. "Vários colegas manifestaram interesse de acompanhar o debate, muitos do PT, mas também do PSOL e do PSB. Vamos criar uma nova frente em defesa da Sabesp", afirma o parlamentar, que presidiu um colegiado dedicado ao tema na última legislatura. "A ideia é estender o diálogo com prefeitos e vereadores, porque o prejuízo será sentido nos municípios. Muitos prefeitos costumam ter uma relação direta com a direção local da Sabesp, conseguem resolver vários problemas sem precisar acionar o governador. Uma vez privatizada, acabou a parceria."

O vereador Jair Tatto, da capital paulista, movimenta-se no sentido de criar uma frente parlamentar para impedir a venda da empresa pública. "Estamos colhendo as assinaturas e, em breve, vamos começar as audiências públicas para tratar desse tema, porque a proposta do governador é um completo absurdo", diz o petista. "Em vez de privatizar, o Estado deveria ampliar os investimentos e fortalecer as empresas públicas, que prestam serviços relevantes e são uma fonte de receita importante para os cofres públicos." •

MARIA RITA KEHL

Ideias fora do lugar

▶ O senso comum leva à compreensão equivocada de conceitos como "homem cordial", de Sérgio Buarque de Hollanda, e "banalidade do mal", de Hannah Arendt

"O mundo só caminha pelo mal-entendido. Se tentássemos nos entender, seria impossível que nos compreendêssemos"
Charles Baudelaire

Após alguma resistência ao convite, por certo neurótica, aqui estou feliz da vida por integrar o time de colunistas da *CartaCapital*. Quero aproveitar o espaço para tratar de dois grandes objetos de mau entendimento. Um deles é o conceito usado pelo historiador Sérgio Buarque de Hollanda para designar um traço perverso das relações de classes no País. Refiro-me ao "homem cordial", descrito em *Raízes do Brasil*.

Ali, Hollanda apresenta a "cordialidade" como um jeitinho malandro de exploração do trabalho. Muitos fazem objeções ao conceito tendo em mente o sentido comum do termo, que designa gentileza, às vezes até bondade. Após três séculos de escravidão e outros horrores de nossa história, chamar o brasileiro de cordial seria uma espécie de cegueira, quando não de cinismo. Mas Hollanda não se refere a isso. Para ele, a cordialidade é uma forma de exploração utilizada quando o trabalho escravo já havia sido substituído por mão de obra com salário de fome, compensado por pequenos favores dos patrões, como pagar o batizado de uma criança ou arrumar, com amigos políticos, vaga na escola para o filho do empregado. Etc., etc.

Vivi, numa noite em Salvador, o que pode ser considerado como um teorema sociológico para provar a malandragem da cordialidade. Em um boteco aberto a noite toda havia um banco no corredor que levava ao banheiro, mas sempre havia alguém dormindo nele. O garçom esclareceu que eles eram seus colegas. No Carnaval, trabalhavam tanto que não tinham tempo de voltar para casa. "Mas ganham hora extra?", indaguei. "Não, dona. O patrão não pode pagar, sabe? Mas ele é bonzinho, nos ajuda. Quando minha esposa deu à luz, ele nos levou pra maternidade no carro dele!"

Ao ver seus privilégios em risco, no entanto, o homem cordial mostra as garras. Quando Dilma Rousseff regulamentou o trabalho doméstico, Danuza Leão protestou: um casal de amigos seus, já velhinhos, perderia o direito de tomar seu chá antes de dormir, caso o trabalho da serviçal fosse limitado a oito horas diárias. Na época, pensei em responder que ela tinha razão: antes de exercer seu direito, a empregada deveria ministrar um pequeno curso aos patrões, ensinando onde é a cozinha, como se ferve a água e a relação a ser estabelecida entre o sachê e a água fervente.

Outro mau entendimento frequente ocorre com uma expressão criada por Hannah Arendt por ocasião do julgamento de Eichmann, um dos piores carrascos nazistas. Na obra *Eichmann em Jerusalém*, um relato ao mesmo tempo jornalístico e filosófico, Arendt usa o termo "banalidade do mal" ao se referir ao argumento de inocência do réu que enviou pessoas para as câmaras de gás, mas alegou estar "cumprindo ordens". No capítulo VIII deste livro indispensável, Arendt questiona a ausência de culpa do carrasco.

A primeira indicação de que Eichmann tinha noção de cumprir ordens criminosas apareceu no interrogatório da polícia, quando disse viver segundo a definição kantiana do dever. Isso era ultrajante e incompreensível, uma vez que a filosofia de Kant está ligada à faculdade do juízo do homem, o que elimina a obediência cega. Para espanto da filósofa, o réu afirmou ter lido a *Crítica da Razão Pura*, e estava ciente de que, ao executar a ordem da "solução final", deixara de seguir os princípios kantianos. Mas, naquela circunstância, deixara de ser o senhor dos próprios atos.

A expressão "banalidade do mal" designa, portanto, a maldade praticada em nome da obediência. A maldade "limpinha", na qual o sujeito não se sente eticamente implicado. Proponho, assim, distinguir a expressão criada por Arendt dos casos – e são muitos, no Brasil atual! – de maldade banalizada. Sim, no Brasil de Bolsonaro, a maldade banalizou-se. O que mais se pode esperar da influência sobre a sociedade de um presidente que brinca de "fazer arminhas" com o polegar e o indicador? A incitação ao crime produziu, sob seu governo, muitos casos de crueldade terrível.

O assassinato do jovem congolês Moïse por capangas de seu patrão, após o rapaz cobrar seu salário, nos horroriza pela omissão com que os frequentadores da praia assistiram passivamente ao crime. Se fosse um rapaz louro, o povo interviria? Outro crime cruel foi cometido pela polícia, que aprisionou o jovem Genivaldo no camburão de uma viatura e, na sequência, arremessou bombas de gás lacrimogêneo. O rapaz morreu por asfixia.

Uma das recomendações da Comissão da Verdade foi a desmilitarização das polícias , herança da ditadura. Foi esquecida? Será retomada por Lula, para impedir que a maldade se banalize cada vez mais? •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Não tão rápido

PARANÁ O governador Ratinho Jr. tem pressa, mas uma disputa judicial com o Itaú pode atrasar a venda da Copel

POR RENÉ RUSCHEL

Ratinho Júnior parece ter herdado do pai, apresentador de tevê, a habilidade para fazer propaganda de qualquer produto em liquidação. Agora, está empenhado em vender, por uma pechincha, a Companhia Paranaense de Energia, a Copel. A proposta prevê a redução da participação do Estado no controle da empresa de 31% para um "porcentual não inferior a 15%", transformando-a "em companhia de capital disperso, sem acionista controlador". Em campanha pela reeleição, o governador prometeu que não iria rifar a empresa. Chegou a gravar um vídeo para os funcionários da Copel, negando a intenção de privatizá-la. Uma vez confirmada a vitória nas urnas, mudou de ideia com incrível rapidez, a mesma celeridade em que busca levar adiante o processo de venda dos ativos, praticamente sem debate na Assembleia Legislativa. Não fosse uma disputa judicial com o Itaú, é possível que as ações já tivessem outro dono.

A folgada maioria governista aprovou a venda dos ativos em regime de urgência, ainda em novembro do ano passado. As duas rodadas de votação ocorreram em tempo recorde, menos de 24 horas. Os deputados da base – 35 de um total de 52 – pareciam com pressa de cumprir a tarefa. A sessão vespertina foi antecipada para a manhã. De nada adiantaram os protestos vindos das galerias da Casa, os parlamentares sacramentaram a privatização da Copel a toque de caixa, e assim puderam acompanhar pela tevê o jogo da Seleção Brasileira na Copa do Catar, contra a Sérvia.

A operação está, porém, repleta de falhas e omissões. A sociedade paranaense não foi consultada, não houve sequer uma única audiência pública. Em representação encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, parlamentares da oposição acusam o governo de ignorar ritos e queimar etapas. De acordo com o documento, o Poder Executivo "adotou medidas eminentemente prejudiciais ao patrimônio público" através de atos "crivados pela ilegalidade, por desvio de formalidade e vícios de forma".

Em 21 de novembro de 2022, a Copel publicou um "Fato Relevante", comunicando ao mercado que o governo do Paraná tinha a intenção de privatizar a empresa. A expectativa natural era de que, a partir daquela data, o volume de ações negociadas aumentasse significativamente. Mas o volume de ações negociadas pela Bovespa ficou muito aquém do esperado, a indicar a possibilidade de vazamento de informações privilegiadas, sugerem os oposicionistas. Além disso, a redução da participação acionária do Estado "em montante não inferior a 15%" figura nesse Fato Relevante, mas não está expressa no texto de lei aprovado pelos parlamentares. Ou seja, nada impede que o Estado se desfaça de todas as ações, uma vez que a lei aprovada confere a possibilidade de liquidação e venda total.

> No passado, ações da companhia foram usadas como garantia de um empréstimo. O caso foi parar no STF

A representação enviada ao TCE acrescenta que as irregularidades apontadas "são corroboradas pela ausência de anexação de qualquer estudo de avaliação financeira ou de impactos de resultados que envolvam dividendos em face de alienação". A falta de transparência, acrescentam os deputados da oposição, é extremamente lesiva aos interesses do Estado e impede a fiscalização da operação tanto pelo Tribunal de Contas quanto pela Assembleia Legislativa, uma vez que o processo de venda "se deu de forma urgente, com os prazos e trâmites céleres, sem possibilidade de requisição de documentos ou mesmo de discussão com a sociedade".

Ratinho Jr. tampouco explicou a necessidade de vender uma empresa superavitária, que rende vultosos dividendos aos cofres do Estado. "Não há motivos financeiros para vender a Copel", diz o deputado estadual Arilson Chiorato, do PT, ao lembrar que a companhia teve lucro de 5,1 bilhões de reais em 2022 e os dividendos pagos ao Estado devem superar a marca de 1,5 bilhão. Entre 2018 e 2021, perto de 3,6 bilhões de reais foram pagos ao governo paranaense. A venda de todas as ações do Estado poderia resultar em uma receita adicio-

PÂMELA BIERNASKI/APP SINDICATO

Feira livre. A venda de ativos da Copel foi aprovada pela Assembleia Legislativa em tempo recorde, apenas três dias

nal única de 2,5 bilhões e 3,1 bilhões de reais. Não parece ser uma decisão inteligente, acrescenta o documento, uma vez que, em 2021, foi pago "praticamente 1 bilhão de reais" em dividendos.

Agora, o processo está em discussão no Supremo Tribunal Federal, um imbróglio a envolver o Banco Itaú. Em 1998, o governo do Paraná usou ações da Copel como garantia de um empréstimo. Não poderia, portanto, se desfazer dos papéis antes de quitar o débito. Como o Estado do Paraná não realiza o pagamento da dívida desde 2002, o Itaú resolveu executar as garantias e ter acesso às ações da Copel, sob o argumento de que o crédito possui garantia real e não deve ser pago por meio de precatórios.

A Justiça paranaense tem, porém, outro entendimento. Afirma que a operação de crédito dando direitos às ações da Copel foi irregular e a existência de um contrato de garantia real não afasta o Itaú do regime de precatórios, sob o risco de quebrar as regras de isonomia entre os credores. A decisão está nas mãos do ministro Ricardo Lewandowski, relator da ação, que marcou a audiência para a primeira quinzena de março.

Em resposta a *CartaCapital*, a Secretaria da Casa Civil do Paraná enviou uma lacônica nota. Sem argumentos para justificar a venda de ativos, ela informa que o governo Ratinho Jr. tem a intenção de transformar a companhia em "uma corporação onde a empresa não terá um dono e o capital será disperso, mas o Estado será o maior acionista". O texto ressalta a importância da Copel e prevê que ela vai liderar o movimento de transformação energética "sem as burocracias de uma estatal". •

Metástase no mercado

CRÉDITO O colapso da Lojas Americanas agrava, mas não é o único responsável pela crise crônica da economia brasileira

POR CARLOS DRUMMOND

Os bilionários Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Fernando Telles, donos da empresa de investimentos 3G Capital e grandes acionistas da Lojas Americanas, são apontados como culpados pela crise que afunda a varejista, espalha-se pelo comércio e afeta o mercado de crédito no País, mas não são os únicos responsáveis pelos abalos. Menos visada pela mídia, mas letal para a economia, a taxa de juros mais alta do mundo teve papel determinante no enfraquecimento de inúmeras empresas nos últimos dois anos e esta é a principal explicação para as proporções que a crise assumiu. A taxa atual de 13,75% ao ano foi estabelecida pelo governo Bolsonaro em agosto do ano passado e implicou aumento de 0,25 ponto porcentual sobre os juros anteriores, já elevados, completando nada menos que 11 altas consecutivas desde agosto de 2020, quando era de 2% ao ano.

Subir os juros com a justificativa de combater uma inflação que não era de demanda, mas causada pela alta das *commodities* e por problemas nas cadeias de produção mundiais, foi um equívoco, atestam vários economistas e pesquisadores. São indiscutíveis, entretanto, os efeitos devastadores dos juros altos sobre as empresas. De dois anos para cá, enquanto as grandes empresas, que têm estrutura de capital, conseguiram se manter, as micro, pequenas e médias enfrentaram situação cada vez mais grave. O faturamento e a geração de caixa não aumentaram, mas o juro passou de 7% para quase 19%, considerando a taxa dos Certificados de Depósito Interbancário mais 5% (os CDI são utilizados em operações entre bancos e acompanham a taxa básica de juros da economia, a Selic). Esses números pioraram desde o início da crise da Lojas Americanas. Não há empresa que resista.

Neste momento, a crise que há cerca de dois anos abala as micro, pequenas e médias empresas chegou aos grandes grupos e a situação ficou ainda mais complicada. CVC, Marisa, Light, Tok&Stok, Gol e Azul tentam renegociar bilhões em dívidas. Lojas Americanas, Oi e outras 90 companhias pediram à Justiça recuperação judicial em janeiro, alta de 37%, em comparação com o número de casos no mesmo mês do ano passado, e de 90%, em relação aos dados de dois anos atrás, segundo o Serasa. O número de inadimplentes voltou a crescer e chegou a 65 milhões em janeiro. Os quatro maiores bancos provisionaram 9,6 bilhões nos seus balanços para cobrir perdas com a Lojas Americanas, calculou a agência Infomoney.

> O feitiço dos juros extorsivos pode voltar-se contra os próprios bancos

Fatos recentes deixaram claro que, ao afetar mais de 40 mil fornecedores e encarecer o crédito bancário, o problema da Americanas expôs fragilidades acumuladas por inúmeras empresas, causadas pela taxa de juros exorbitante, encolhimento do poder de compra dos consumidores, falta de investimento público e privado e fraqueza da economia. Há evidências abundantes de uma debilidade generalizada.

A demanda por crédito em janeiro caiu 8% em comparação com dezembro, conforme o Índice Neurotech de Demanda por Crédito, que mede mensalmente o número de solicitações de financiamentos nos segmentos de varejo, bancos e serviços. A maior queda, de 30%, foi registrada no setor de varejo, seguido pelo de serviços, com 27%. A Federação dos Bancos prevê uma retração de 0,8% no saldo total de crédito em janeiro, após 11 meses seguidos de expansão. As concessões de crédito devem recuar 11,7%, segundo a Federação dos Bancos. Tanto a

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44
Análise. O BC provoca abalos nos balanços dos bancos e restrição de crédito

Efeito dominó. A entrega de espaços alugados provocará abalos em vários fundos imobiliários. Existe o temor de uma reação em cadeia. Diversas empresas estão tentando renegociar dívidas bilionárias, a exemplo da Light, concessionária de energia do Rio

RENATO LUIZ FERREIRA E LIGHT

Neurotech quanto a Febraban ressaltam o grande peso do componente sazonal, com retração típica das operações para as empresas nesta época do ano.

O cenário resulta, em parte, de política de governo, sugere um estudo econômico do Banco do Brasil sobre as perspectivas de 2023. "O movimento recente de desaceleração das carteiras de crédito, tanto ligadas às empresas quanto às famílias, já era esperado em nosso cenário-base, devido às condições financeiras mais apertadas – em especial, a elevação da taxa básica de juros, o aumento do endividamento e comprometimento de renda das famílias e o aumento da inadimplência", diz o relatório do início do ano.

O passivo da Lojas Americanas é estimado em 48 bilhões de reais

Há uma forte reprecificação do crédito e um aperto das condições financeiras após a explosão do caso Americanas, escreveu o economista José Roberto Mendonça de Barros. Pesa também o fator político. Segundo o ex-ministro Guido Mantega, o Banco Central utiliza a taxa básica de juros como instrumento de pressão para forçar a permanência da política fiscal de austeridade radical imposta pelo teto de gastos, que o governo substituirá por um novo arcabouço fiscal, em sintonia com as experiências mundiais mais avançadas, a ser anunciado em março.

O feitiço dos juros extorsivos pode, porém, voltar-se contra os seus maiores beneficiários, isto é, os bancos, uma vez que os riscos no mercado de crédito e a redução das concessões de financiamentos tendem a abalar ainda mais a atividade econômica e levar o Banco Central a reduzir a Selic antes do esperado, preveem algumas instituições financeiras.

Alvos. A culpa recai sobre Sicupira, Lemann e Telles, mas a crise tem raízes mais profundas

Alguns dados confirmam a situação de anemia econômica das empresas de menor porte. Segundo levantamento do Sebrae e do IBGE, 91% dos empresários não repassaram aos clientes os aumentos de custos de energia, aluguel, condomínio e matéria-prima, entre outros, desde o fim da pandemia, com receio de perder mercado.

A extração de recursos das empresas por meio dos juros transborda o universo corporativo e se materializa em uma exaustão de recursos do conjunto da sociedade, sugerem alguns dados da Federação do Comércio de São Paulo. As empresas pagaram 103,1 bilhões de reais em juros no primeiro semestre do ano passado, e as famílias brasileiras, 284,1 bilhões no mesmo período, segundo cálculos da entidade. O desembolso das famílias para pagamento de juros cresceu 18% em dois anos e hoje representa 12,6% da renda, sublinha a FecomercioSP. Nesse contexto, não causou surpresa o apoio de 76% da população às críticas do presidente Lula aos juros altos, como identificou uma pesquisa do Instituto Quaest.

O valor pago em juros pelas empresas

Selic. A taxa de 13,75% ao ano acionou o alarme na construção civil

PREFEITURA DE PETROLINA/GOVPE E EDITORA SEXTANTE

é duas vezes maior que o volume de recursos que deveriam ser liberados pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Pronampe, até o fim do ano, aponta a FecomercioSP. Trata-se de uma linha de crédito para pessoas jurídicas criada em maio de 2020 pelo governo federal para auxiliar empreendedores durante a pandemia do Covid-19.

A cada nova descoberta de artimanhas contábeis, o problema da Lojas Americanas aumenta. As estimativas sobre o passivo da empresa foram revisadas de 42,6 bilhões de reais para 48 bilhões, segundo a agência Reuters. Cabe destacar que as dívidas reconhecidas pela companhia no balanço somam apenas 20 bilhões. O número de credores subiu de 7.720 para 9.460, aponta novo cálculo. Os dados definitivos só serão conhecidos quando a companhia apresentar o relatório sobre as dívidas, até 23 de março.

A proposta da varejista, de aumento de capital de 7 bilhões de reais em dinheiro, recompra de dívidas de 12 bilhões e conversão de débitos de cerca de 18 bilhões, parte em capital e parte em dívida, foi rejeitada pelos bancos, que consideram necessária uma capitalização de ao menos 15 bilhões. Lemann, Sicupira e Telles emprestaram 1 bilhão de reais à Americanas em janeiro e são acusados pelos bancos de mostrar pouco interesse na solução do problema. Segundo o *ranking* da revista *Forbes*, a fortuna em dólares de Lemann é de 15,5 bilhões, a de Teles chega a 10,5 bilhões e a de Sicupira, 8,5 bilhões, números que dão ideia do potencial de ampliação do conflito em andamento, entre a Americanas e os bancos.

Os desdobramentos da crise atingem os fundos imobiliários, como deixa claro um relatório da Levante Ideias de Investimentos. "No caso dos fundos imobiliários", diz o estudo, "a situação é mais delicada, já que alguns deles possuem parcelas significativas de seus rendimentos atreladas ao aluguel de imóveis para a Americanas. Pelo menos oito fundos possuem exposição expressiva à varejista, o Max Retail,

No limite. Para 76% dos brasileiros, Lula está certo ao confrontar Campos Neto, do BC, para reduzir os juros

o GGR Covepi, o XP, o VBI Logístico, o Bresco Logístico, o Vinci Imóveis Urbanos, o RBR Log – Fundo de Investimento Imobiliário e o CSHG Logística. O Max Retail, o GGR Copevi e o XP são os fundos mais expostos à varejista, que respondem por 34%, 19% e 8% de suas receitas, respectivamente", chama atenção o relatório da Levante, que diz não saber como o processo de recuperação judicial pode afetar a capacidade da Americanas de pagar seus aluguéis.

Falta muito a esclarecer sobre as manipulações contábeis feitas na Americanas. A empresa tinha entre 15 bilhões e 17 bilhões de reais em financiamentos a fornecedores feitos por meio de bancos, e que, em vez de constarem como dívida financeira no balanço, foram lançados como dívidas com fornecedores. Além disso, esse volume de dívida bancária não estava totalmente refletido na conta de fornecedores. Cada vez que a Americanas pagava juros aos bancos por conta dos financiamentos a fornecedores, a contabilidade da empresa subtraía esses juros do total daquela conta. Com uma despesa financeira artificialmente menor, os lucros divulgados ao longo de anos, que foram a base para o cálculo dos dividendos distribuídos aos acionistas, estavam superavaliados.

As instituições do mercado ainda não chegaram a um consenso quanto à forma específica da adulteração dos registros contábeis. "O que aconteceu na Lojas Americanas repete o que se viu no escândalo da Kraft Heinz, que consistiu em prática de fraude por manipulação de informações contábeis", ressaltou o banco BTG em uma petição ingressada na Justiça dois dias após o estouro da crise, no mês passado. As ações da 3G Capital na controlada Kraft Heinz foram documentadas pela Security Exchange Commission, dos EUA. Em 2013, a 3G Capital comprou a Kraft, em associação com o empresário Warren Buffett, operação que mais tarde deu origem à Kraft Heinz. Em 2019, a companhia anunciou perdas de 15,4 bilhões de dólares e um investidor processou a empresa, alegando que os executivos da 3G Capital se envolveram em negociações com informações privilegiadas. Pouco depois, revelou-se outro rombo, de 1,2 bilhão. Em 2021, os reguladores federais dos EUA anunciaram um acordo com a empresa sobre o que classificaram como "anos de declarações financeiras falsas".

Nos EUA, a SEC detalhou as práticas da 3G Capital na Kraft Heinz

"De 2015 a 2019, a Security Exchange Comission alegou que a Kraft Heinz estava usando todo o arsenal de práticas contábeis obscuras para suavizar seus resultados, que incluíam reconhecimento de descontos não ganhos de fornecedores, manutenção de contratos de fornecedores falsos e enganosos e registro de economia de custos onde não havia nenhuma. A empresa, que concordou em pagar 62 milhões de dólares em multas, relatou deliberadamente lucros falsos e depois se gabou dos supostos ganhos para a comunidade de analistas, de acordo com a SEC", destaca David Gelles em livro sobre Jack Welch e seus pupilos diletos da 3G Capital.

RAPHAEL RIBEIRO/BCB

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Paz na Ucrânia

▶ Um armistício nunca está fora do alcance

Confirmando o que previ mais de uma vez nos dois últimos anos, Lula começou a se posicionar como possível mediador para a solução da guerra na Ucrânia. O vira-latismo nacional está uivando em grande estilo e não falta quem considere descabida e até ridícula a intenção do nosso presidente da República. É verdade, claro, que mediação só haverá se e quando os envolvidos na guerra, direta ou indiretamente, estiverem interessados nisso. Mas Lula prepara o terreno e já explicou, em linhas gerais, que pretende ajudar a criar um grupo de países amigos ou neutros que possam estabelecer uma ponte entre as partes em conflito. Ele não mencionou, até onde eu sei, mas imagino que esse grupo poderia incluir, além do Brasil, a Turquia, Israel, China, Índia, Indonésia e África do Sul, por exemplo.

Bem sei que não há perspectivas de solução a curto prazo. Como subestimar a gravidade da situação? A Rússia considera que vive uma ameaça existencial. O Ocidente, principalmente os Estados Unidos, considera que a sua hegemonia e sua autoridade mundial foram postas em xeque pela invasão da Ucrânia.

No entanto, a paz nunca está fora do alcance. Como lembrou a ex-presidenta Dilma Rousseff, em entrevista a Léo Attuch do 247, no ano passado, uma guerra que não pode ser resolvida no campo de batalha, tem de ser resolvida pela via diplomática. E a chave para uma solução, disse ela com razão, é encontrar uma fórmula que possa ser apresentada por todos ou quase todos os lados em guerra como vitória. Difícil? Sempre. Não impossível, porém.

Arrisco esboçar alguns elementos do que seria, no meu modesto entender, uma possível solução diplomática, que contentaria em alguma medida todos ou quase todos os envolvidos. Considere, leitor, o que segue apenas como um exemplo do que poderia ser construído.

A Rússia retiraria todas as suas tropas das regiões da Ucrânia, Donbas e outras, invadidas desde 2021. Abandonaria, *ipso facto*, o seu reconhecimento das repúblicas separatistas no Leste da Ucrânia. Antes, porém, a Ucrânia aprovaria, refletindo a diversidade do país, uma reforma constitucional que a converteria de república unitária em república federativa, em linha com as promessas feitas nos acordos de Minsk, de 2014 e 2015. Todas as províncias da Ucrânia, em especial as preponderantemente russófonas, Lugansk e Donetsk, teriam autonomia relativa e o direito de eleger seus governadores (até hoje sempre foram indicados por Kiev) e suas assembleias estaduais.

A língua russa seria estabelecida ou restabelecida como língua nacional, juntamente com o ucraniano e talvez outras faladas no país, assegurando-se total liberdade de publicação, ensino e comunicação em russo. Ficaria com a Rússia, a Crimeia, de maioria esmagadoramente russa, e que foi incorporada ao país em 2014, depois de referendo em que mais de 93% votaram pela incorporação. A Ucrânia e o Ocidente assumiriam o compromisso de não admitir a Ucrânia na Otan, mas ela poderia, cumpridos os exigentes requisitos europeus, entrar para a União Europeia em algum momento futuro. Seria talvez necessário incluir, também, um compromisso de desnazificação da Ucrânia, há bastante tempo infestada por grupos violentos de extrema-direita muito envolvidos na escalada que levou à guerra. Os ocidentais suspenderiam as sanções contra a Rússia à medida que os acordos fossem cumpridos e descongelariam as reservas internacionais russas que foram bloqueadas em represália à invasão da Ucrânia. A Rússia se comprometeria, por sua vez, a ajudar na reconstrução da Ucrânia, que é, afinal, uma nação irmã, do mesmo espaço histórico e cultural, e que só por uma sucessão de equívocos e maquinações foi levada a esta guerra.

Viável? Talvez. O Ocidente se declararia vitorioso: a Rússia, forçada a abandonar seu suposto projeto expansionista, teria sido obrigada a retirar todas as suas tropas, a aceitar um eventual ingresso da Ucrânia na União Europeia e, ainda, a ajudar na reconstrução do país. A Rússia se declararia vitoriosa também: obteria o reconhecimento da Crimeia como russa, a autonomia das populações russófonas no leste da Ucrânia, a não entrada da Ucrânia na Otan e o compromisso de desnazificação do vizinho.

Não sei de nada do que está sendo cogitado em Brasília a esse respeito. Mas acredito que Lula, juntamente com outros líderes de países mediadores, poderá, sim, ter um papel importante no encerramento da guerra, aproveitando, inclusive, a circunstância feliz de que o Brasil presidirá o G-20 em 2024, foro de líderes que, como se sabe, inclui todas as principais nações desenvolvidas e emergentes. Lula, inclusive, já transmitiu a Emmanuel Macron o seu desejo de que o G-20 volte a ser um grupo político, em que os líderes se reúnam para discutir face a face, em conjunto, os desafios do planeta, deixando de ser o que tem sido, há muitos anos – um grupo meio esvaziado, em que as responsabilidades e discussões foram terceirizadas a burocratas dos países membros. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

A receita da instabilidade

ANÁLISE No afã de combater a inflação, o BC provoca abalos nos balanços dos bancos e restrição de crédito

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E MANFRED BACK*

"Pode-se enganar a todos por algum tempo; pode-se enganar alguns por todo o tempo; mas não se pode enganar a todos todo o tempo"
Abraham Lincoln

"Nos bons tempos de *trader*, seja no pregão da Bolsa de Valores, seja na mesa de operações de derivativos e futuros, eu tinha de tomar a decisão de comprar ou vender ativos financeiros em segundos, pois minutos eram coisa rara. Ali vi com olhos que a terra há de comer altas e baixas, mercado de lado (nem sobe nem cai) e o chamado *circuit break*, parada técnica para a volta da 'racionalidade do mercado'. Quem opera e fecha negócio está no *front*. Ali se materializam infinitas opiniões de alocação de dinheiro quase instantâneas, e elas mudam, por vezes em fração de segundos. Nunca ouvi um economista-chefe dizer compra ou vende! Não tardei a aprender a máxima: 'para ser *trader*, nunca leia as notícias ou se deixe influenciar por ninguém. Sinta o mercado, o tal mercado de que tanto falam'."

O depoimento acima é de Manfred Back, ex-*trader* na Bovespa, professor de Economia e Mercado de Capitais do Instituto Germinare e coautor deste artigo. A lógica por trás da operação é muito simples: na visão dos *traders,* se alguém está disposto a vender e outro disposto a comprar, o negócio está feito. Se todos pensassem da mesma forma, nada aconteceria.

Na célebre obra *Treatise on Money (Tratado Sobre a Moeda)*, o economista John Maynard Keynes sublinhou a importância da "divisão de opiniões", entre baixistas e altistas, para a manutenção da estabilidade nos mercados, na qual é avaliada a riqueza capitalista. Esses mercados estão, porém, sujeitos à assimetria de poder e de informação entre os agentes "formadores de opinião" e aqueles que não têm outra alternativa senão seguir a tendência dominante. Estão criadas, assim, as condições para a irrupção de processos miméticos, que inclinam as expectativas numa determinada direção, dando origem a "bolhas especulativas", invariavelmente sucedidas por colapsos de preços, contágio de outros ativos e moedas e intensa "aversão ao risco". As crises recentes revelam que há momentos em que todos querem comprar e ninguém quer vender (formação de bolhas) e outros em que todos querem vender e ninguém quer comprar (*crash* financeiro).

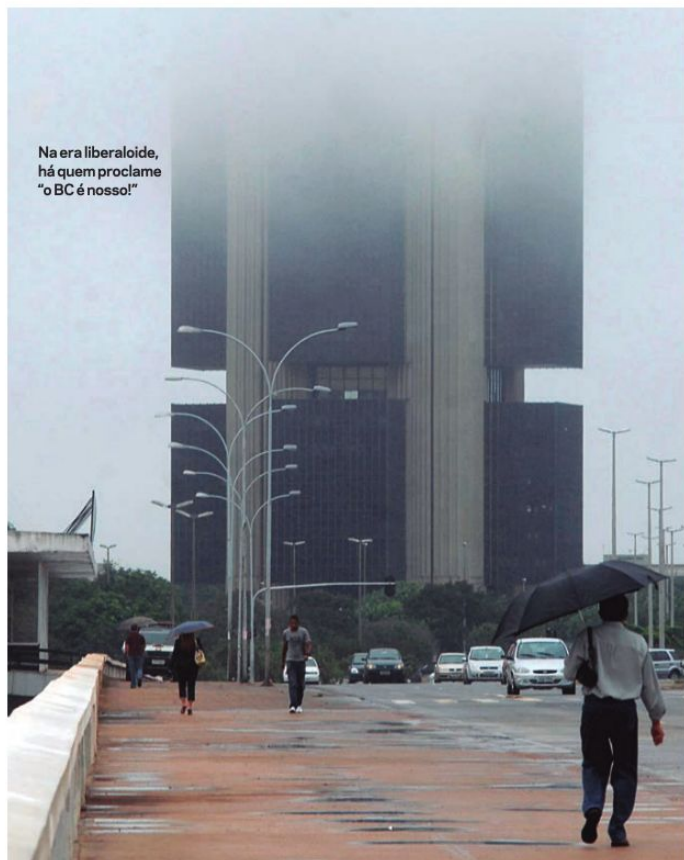
O FMI tem alertado: o agressivo aperto do ciclo monetário para combater a inflação reduziu a liquidez do mercado

O veloz desenvolvimento de inovações financeiras nos últimos anos (técnicas de *hedge* através de derivativos, técnicas de alavancagem, modelos e algoritmos matemáticos para "gestão de riscos"), associado à intensa informatização do mercado, permitiu acelerar o volume de transações com prazos cada vez mais curtos. Essas características, combinadas com a alavancagem baseada em créditos bancários, explica o enorme potencial de realimentação dos processos altistas (formação de bolhas), assim como os riscos de colapso no caso dos movimentos baixistas.

Isto significa que, quando a opinião dos mercados está dividida, não ocorrem alterações no "lado monetário" capazes de perturbar a trajetória atual da economia. Se, ao contrário, as opiniões se concentram numa só direção, a ação do Banco Central pode não ser eficaz para estabilizar a economia. Se há uma *polarização de opiniões* em torno de uma posição "altista", no auge de um ciclo de crédito, a tentativa de contrair a liquidez, mediante uma elevação das taxas de juro pode causar danos nos mercados.

A taxa de juros – critério geral de avaliação da riqueza, na medida em que exprime as expectativas de variação dos preços dos distintos ativos financeiros – tem um papel muito relevante nas decisões das empresas e bancos. Essa taxa é o instrumento monetário-financeiro que avalia e "precifica" o futuro a partir das expectativas do presente. Sua dimensão temporal é inarredável. A questão não é só discutir se a

Na era liberaloide, há quem proclame "o BC é nosso!"

ELZA FIÚZA/ABR

Taxa Selic de 13,75% ao ano é alta ou baixa, mas a velocidade de seu aumento de 2% até chegar a 13,75%. No afã de combater a inflação decorrente de um choque de oferta, o Banco Central ignorou que está a provocar descasamentos nos balanços dos bancos e restrição de crédito, problemas que agora começam a aparecer.

O movimento da taxa de juros afeta simultaneamente o valor das dívidas emitidas ou em processo de emissão e o valor presente dos fluxos esperados de rendimentos dos ativos (instrumentais e financeiros), provocando alterações nas relações entre credores e devedores e aumentando ou reduzindo os riscos de pagamento. Vamos recorrer às observações do recente *Relatório Sobre a Estabilidade Financeira Mundial,* publicado pelo Fundo Monetário Internacional, o FMI: "Depois de mais de uma década de liquidez abundante e volatilidade comprimida, o movimento global em direção a um agressivo aperto do ciclo monetário para combater a inflação elevada – abrangendo vários anos – aumentou substancialmente a volatilidade do mercado, especialmente no espaço das taxas de juro, contribuindo para uma deterioração das condições de liquidez do mercado. A deterioração das condições de liquidez do mercado pode representar riscos para a estabilidade financeira. O recente estresse dramático no mercado de *gilts* (títulos do Tesouro) na Grã-Bretanha mostra como o preço se move repentinamente combinado com a venda forçada e a dinâmica de desalavancagem pode levar a condições desordenadas que podem ameaçar o funcionamento e a estabilidade mais amplos do mercado".

Para encerrar, vamos comentar uma notícia da *Folha de S.Paulo,* publicada em 16 de fevereiro deste ano: "O Banco Central registrou resultado negativo de 298,5 bilhões de reais em 2022. Esse número, segundo o BC, reflete uma queda de 6,5% do dólar ante o real no ano e a subida dos juros americanos (quase 90% dos títulos em moeda estrangeira são prefixados). O prejuízo do BC em operações com reservas e derivativos cambiais foi de 326,5 bilhões em 2022. Já as demais operações somaram 28 bilhões. Do total, 179,1 bilhões de reais serão cobertos por meio de reserva de resultado e 82,8 bilhões por redução do patrimônio da instituição. O Tesouro Nacional cobrirá o saldo remanescente de 36,6 bilhões".

Diante da informação, não faltaram vozes para deplorar o "prejuízo" do Banco Central. O pensamento único e a ignorância devem ter mudado a Constituição Federal, não? O BC virou, agora, um banco comercial privado! A solução seria abrir o capital da instituição, mediante o maior IPO de todos os tempos? Vamos captar dinheiro dos brasileiros para salvar a autoridade monetária. Nos anos 1950, os brasileiros proclamavam "o petróleo é nosso". Agora, na era liberaloide, há quem proclame "o BC é nosso"!

**Luiz Gonzaga Belluzzo é economista e consultor editorial de* CartaCapital. *Manfred Back atuou como* trader *na Bolsa de Valores (Bovespa) e é professor de Economia e Mercado de Capitais do Instituto Germinare.*

Primavera sem flores

TheObserver A minoria árabe foi excluída da frente de oposição contra as reformas judiciais do *premier* israelense Netanyahu

POR BETHAN MCKERNAN E QUIQUE KIERSZENBAUM, DE JERUSALÉM

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 50

Ucrânia. O plano de paz proposto pela China é visto com ceticismo pelo Ocidente

AHMAD GHARABLI/AFP

Resistência. Em Jerusalém, mais de 100 mil manifestantes marcharam contra a iniciativa da coalizão de extrema-direita

Enquanto a luz amainava e dezenas de milhares de manifestantes voltavam do Parlamento, o Knesset, para a estação ferroviária de Jerusalém na semana passada, o clima era de cansaço, mas determinação. O *premier* de Israel, Benjamin Netanyahu, recém-reeleito, está habituado a protestos por sua renúncia. Mas o movimento iniciado há dois meses contra os planos de sua coalizão de extrema-direita de reformar o sistema judicial não se parece com os já enfrentados – ou com qualquer outro na história do país.

A "primavera israelense", como os comentaristas começam a chamá-la, é uma rara demonstração de união em uma sociedade que costuma ser profundamente polarizada. Temendo que as mudanças, a restringir o poder da Suprema Corte, levem Israel por um caminho autoritário semelhante ao da Turquia e da Hungria nos últimos anos, mais de 100 mil habitantes têm ido às ruas nas noites de sábado em cidades de todo o país para expressar sua oposição. Desde a semana passada, protestos também estão ocorrendo diante do Parlamento de Israel, e vários setores realizaram greves.

Até mesmo segmentos sem o hábito de se envolver publicamente em política – executivos de alta tecnologia, banqueiros e figuras do *establishment*, como militares da reserva e oficiais de inteligência – marcaram presença nos atos e estão forçando o governo a escutar. Algumas votações foram adiadas durante uma semana, em consequência da pressão pública, e a mídia israelense informou na sexta-feira 17 que o gabinete de Netanyahu iniciou conversas fechadas para avaliar compromissos.

Mas a rebelião de centro-esquerda contra o que é considerado um golpe de extremistas de direita tem uma falha demográfica: os palestinos israelenses, que representam um quinto da população, estão visivelmente ausentes dos protestos, apesar de o novo governo ser fervorosamente antiárabe e a comunidade ser a mais atingida pelas reformas judiciais. A Cisjordânia segue agitada após um ano de aumento da violência.

> Os palestinos israelenses, que representam um quinto do povo, estão visivelmente ausentes dos atos

Para a maioria dos manifestantes, o destino do Judiciário e o controle de Israel sobre os palestinos são questões separadas, mas para os cidadãos palestinos de Israel e os ativistas contra a ocupação o caráter democrático do país é questionado há muito tempo. Pequenos grupos de manifestantes antiocupação marcharam na maioria dos protestos, mas a recusa às bandeiras palestinas no palco nas manifestações em Tel-Aviv e o fato de apenas dois oradores palestinos israelenses se dirigirem à multidão até agora deixaram muitos se sentindo alienados do movimento antigoverno.

Alguns políticos proeminentes de direita, ex-policiais e oficiais do exército não fariam discursos se tivessem de dividir o palco com vozes pró-palestinas, e os organizadores dizem que os protestos devem se concentrar no tema, para não perderem seu amplo apoio. Na semana passada, um primeiro protesto ocorreu em Efrat, assentamento israelense ilegal perto de Belém. "A suposição central que sustenta esses protestos é que o sistema judicial funciona bem como está. Pode precisar de ajustes, mas consegue equilibrar as tensões na relação entre a natureza judaica e a natureza democrática do Estado", disse Abed Shehadeh, ativista político e membro do conselho da cidade de Jaffa, afastado dos atos semanais. "O que acontece na Cisjordânia e em Gaza repercute para nós de forma diferente. Os manifestantes não percebem essas mudanças como um desenvolvimento lógico numa sociedade que sistematicamente oprime os outros."

Netanyahu voltou ao cargo em dezembro, após quatro anos de turbulên-

cia eleitoral provocada por seu julgamento por corrupção, ainda em curso, no qual ele nega todas as acusações. No sistema político israelense, é necessário construir coalizões para governar. Sem opções depois de trair ex-parceiros, o líder conservador do partido Likud encorajou um grupo heterogêneo de extremistas de direita a se fundir numa chapa chamada Sionistas Religiosos, para conseguir superar o limiar eleitoral e dar a Netanyahu outro mandato.

A aliança assegurou 64 dos 120 assentos no Knesset. Olhando de outro ângulo, porém, a eleição foi vencida por apenas 30 mil votos – um mandato escasso para um governo com uma agenda tão radical. Os Sionistas Religiosos, terceiro maior partido no Parlamento, querem dar aos políticos maior controle sobre a nomeação dos juízes da Suprema Corte e permitir que uma maioria parlamentar simples anule quase todas as decisões da corte. Eles dizem que essas medidas equilibrarão melhor os diferentes braços do governo e impedirão um suposto viés de esquerda nas decisões do tribunal.

A Suprema Corte de Israel atualmente desempenha um papel descomunal em um país sem Constituição formal ou segunda câmara legislativa: o Canadá é o único outro país no mundo com uma cláusula de anulação parlamentar para decisões da Suprema Corte – mas tem uma Constituição formal. Embora Netanyahu pareça detestar seus novos colegas e as reformas judiciais tenham pouco apoio público, a novidade provavelmente o ajudaria a se livrar das acusações em seu julgamento por corrupção.

Outros itens na lista dos sionistas religiosos incluem anexar a Cisjordânia ocupada, fortalecer a lei religiosa tradicional, limitar a liberdade de expressão e reverter os direitos das mulheres e das comunidades *gay* e árabe. A maioria dos manifestantes está preocupada com a possibilidade de alteração de normas liberais.

Susto. O *premier* jamais enfrentou uma oposição tão forte e ruidosa

OHAD ZWIGENBERG/AFP

Outros apontam que elas só foram aplicadas seletivamente, em primeiro lugar.

Em 2021, a Suprema Corte manteve a muito criticada lei do Estado-Nação de 2018, que declarou que "o direito de exercer a autodeterminação nacional" em Israel é "exclusivo do povo judeu", definindo efetivamente os palestinos israelenses como cidadãos de segunda classe. No ano passado, os juízes – um dos quais é colono – determinaram que mil palestinos poderiam ser despejados de suas casas na Cisjordânia, para dar lugar a uma zona de treinamento do exército. A decisão rejeitou explicitamente o princípio de que o direito internacional é "consuetudinário e obrigatório".

"Não irei a um protesto em Tel-Aviv onde há militares no palco, dizendo que devemos lutar contra as reformas judiciais porque, senão, a comunidade internacional terá motivos para enviar o nosso povo ao Tribunal Penal Internacional. O foco deveria estar em não cometer crimes de guerra, para começar", comenta o jornalista Orly Noy, de Jerusalém, envolvido com várias iniciativas de esquerda da sociedade civil. "Não posso me manifestar para proteger a situação atual. Existem outras formas de resistir e lutar."

> Com a reforma, Netanyahu talvez consiga se livrar das acusações de corrupção em seu julgamento

O movimento, em grande parte sem liderança, deve decidir se deseja tomar medidas mais drásticas, além de protestos e greves, e se o seu objetivo geral é suspender as reformas judiciais ou derrubar o governo de Netanyahu completamente. Políticos palestinos israelenses e líderes comunitários estão pedindo aos cidadãos árabes que se envolvam mais.

As manifestações têm sido quase totalmente pacíficas até agora, mas pequenos grupos de manifestantes pró-governo começaram a surgir na última semana, aumentando a possibilidade de violência – um cenário para o qual o presidente de Israel, Isaac Herzog, alertou ao pedir diálogo para evitar um "colapso constitucional".

"Tenho muito respeito pelas pessoas que protestam, entendo perfeitamente por que as pessoas estão nas ruas", disse Israel Frei, jornalista ultraortodoxo de Tel-Aviv que recentemente foi demitido de seu emprego por seu apoio ao povo palestino, segundo relatou. Frei não participou pessoalmente das manifestações, embora tenha atuado como repórter. "O que falta para mim é um objetivo, uma visão. Não basta ser reativo, fazer campanha com base na negação de algo. Se este movimento realmente quer unir as pessoas que vivem neste país, precisa nos oferecer algo", afirmou. "Mostre-nos como seria a verdadeira igualdade e um futuro melhor." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Xerifes do mundo

▶ Na Ucrânia, defrontam-se os imperialismos dos EUA, da Rússia e da China. O mais perigoso continua a ser o norte-americano

Desde o primeiro momento condenei veementemente a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, mas desde então salientei que houve forte provocação dos EUA para que ela acontecesse com o objetivo de enfraquecer a Rússia e travar a China. Nesta guerra defrontam-se três imperialismos, o norte-americano, o russo e o chinês. Sou contra todos eles e admito que, no futuro, os imperialismos russo ou chinês possam ser até mais perigosos, mas não tenho dúvidas de que, hoje, o mais danoso ainda é o dos EUA. Leva vantagem em dois domínios, o militar e o financeiro. Nada disso garante a sua longevidade. Aliás, tenho defendido que esse imperialismo está em decadência, e isso é um dos fatores de sua maior periculosidade atualmente.

A dinâmica do imperialismo norte-americano parece imparável, sempre alimentada pela crença de que a destruição que provoca, alimenta ou incita ocorrerá longe das suas fronteiras protegidas por dois vastos oceanos. Têm, pois, um desprezo quase genético pelos outros povos. Os EUA dizem intervir sempre a bem da democracia, mas deixam apenas destruição, ditaduras ou caos no seu rastro. A mais recente – e talvez mais extrema – manifestação dessa ideologia pode ler-se no último livro do neoconservador Robert Kagan, *The Ghost at the Feast: America and the Collapse of World Order, 1900-1941* (Alfred Knopf, 2022). A ideia central da obra é que os EUA são um país único no mundo no seu desejo de tornar os povos mais felizes, livres e ricos, lutando contra a corrupção e a tirania onde quer que existam. São tão maravilhosamente poderosos que teriam evitado a Segunda Guerra Mundial se tivessem intervido a tempo de obrigar Alemanha, Itália, Japão, França e Grã-Bretanha a seguir a nova ordem mundial ditada pelos norte-americanos. Todas as intervenções de Washington no estrangeiro, por sinal, têm sido para o bem dos povos intervencionados. Segundo Kagan, desde as primeiras incursões militares – a guerra espanhola-americana de 1898 (com o propósito de dominar Cuba) e a guerra Filipino-Americana de 1899-1902 (200 mil mortos) – os EUA exercem essa missão altruísta.

Esse monumento à hipocrisia nem sequer considera a realidade trágica dos povos indígenas e da população negra dos EUA, submetidos ao mais violento extermínio e discriminação ao tempo dessas intervenções supostamente libertadoras no estrangeiro. O registro histórico revela a crueldade dessa mistificação. Invariavelmente, as intervenções foram ditadas pelos interesses geopolíticos e econômicos dos EUA, no que, aliás, os norte-americanos não são exceção. Ao contrário, esse é o caso de todos os impérios (veja-se a invasão da Rússia por Napoleão e por Hitler). O registro histórico mostra que a prevalência dos interesses imperiais dos EUA levou muitas vezes a eliminar aspirações de autodeterminação, de liberdade e de democracia, e a apoiar ditadores sanguinários, como vimos na Guerra das Bananas na Nicarágua (1912), no Irã de Mohammad Mossaddegh (1953), na Guatemala de Jacobo Arbenz (1954), no apoio ao ditador cubano Fulgêncio Baptista e na invasão da Baía dos Porcos, em 1961, no apoio ao golpe no Brasil (1964), à queda de Salvador Allende no Chile (1973) e na invasão do Vietnã, para combater a ameaça comunista (1965).

Mais recentemente, tivemos os exemplos da invasão do Afeganistão (2001), supostamente para se defender dos terroristas que atacaram as Torres Gêmeas de Nova York, ainda que eles não fossem afegãos e depois de ter apoiado os *mujahideens* contra a União Soviética por duas décadas, e da invasão do Iraque em 2003 para eliminar Saddam Hussein e as suas armas de destruição em massa que não existiam. Houve, ainda, a intervenção na Síria para defender rebeldes que, na sua maioria, são islamitas radicais, sem mencionar as incursões militares, por meio da Otan, nos Bálcãs, em 1995, e na Líbia, em 2011, deixando essa última nação completamente arrasada.

Houve sempre "razões benévolas" para essas intervenções, a contar com cúmplices e aliados locais. Que restará da mártir Ucrânia quando a guerra acabar? Em que situação ficarão os outros países da Europa, sobretudo a Alemanha e a França, ainda hoje dominados pela ideia falsa de que o Plano Marshall foi a expressão da filantropia abnegada dos EUA, à qual devem infinita gratidão? Como ficará a Rússia? Que balanço é possível fazer para além da morte e da destruição que a guerra sempre causa? Por que não surge na Europa um movimento forte a favor de uma paz justa e durável? •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Jogo de cena?

TheObserver O plano de paz para a Ucrânia proposto pela China é recebido com ceticismo pela diplomacia ocidental

POR PATRICK WINTOUR

Líderes ocidentais reagiram com nervosismo a um plano de paz chinês para a Ucrânia, mas aprovaram cautelosamente a medida como um primeiro sinal de que a China reconhece que a guerra não pode ser considerada apenas um assunto europeu. Falando na Conferência de Segurança de Munique, o principal diplomata chinês, Wang Yi, um dos poucos políticos externos capazes de influenciar a Rússia, anunciou que seu país apresentaria sua iniciativa de paz no aniversário da guerra e já teria consultado Alemanha, Itália e França sobre as suas propostas.

O plano de paz enfatizaria a necessidade de defender os princípios de soberania, integridade territorial e a Carta da ONU. Ao mesmo tempo, emendou Wang Yi, os legítimos interesses de segurança da Rússia devem ser respeitados. Diplomatas europeus não sabem ao certo quão específica Pequim pretende ser, ou se o plano se resume a discursos sobre soluções pacíficas que às vezes caracterizam a postura chinesa. Um movimento para retratar o Ocidente como belicista pode encontrar ecos no Sul global.

"Como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China tem a obrigação de usar sua influência para garantir a paz mundial", saudou Annalena Baerbock, ministra das Relações Exteriores da Alemanha. Ela disse que conversou intensamente com Wang Yi, na sexta-feira 17, sobre "o que significa uma paz justa", sem recompensas ao agressor, e em "defesa do direito internacional e dos que foram atacados".

A mesma mensagem foi transmitida à China por diplomatas franceses e italianos. Baerbock enfatizou que uma paz justa pressupõe "que aquele que violou a integridade territorial, nomeadamente a Rússia, retire suas tropas do país ocupado". Ao mesmo tempo, acrescenta a ministra alemã, "todas as possibilidades" de buscar a paz devem ser tentadas.

Baerbock insiste que, sem uma retirada completa de todas as tropas russas da Ucrânia, não há chance de acabar com a guerra. Segundo a ministra, todas as alternativas com concessões territoriais à Rússia são inaceitáveis. "Significaria deixar a população (ucraniana) como presa da Rússia. Não faremos isso."

> Há quem veja uma mera manobra para retratar as potências ocidentais como belicosas e pouco abertas ao diálogo

A China sabe, porém, que há uma plateia pronta em todo o Sul global se fizer um apelo ao diálogo e à paz. O chanceler brasileiro, Mauro Vieira, insistiu que seu país condenou a agressão da Rússia inclusive na ONU, mas acrescentou: "Temos de tentar possibilitar uma solução. Não podemos nos limitar a falar sobre a guerra. Não estou me referindo a negociações imediatas – teríamos de ir passo a passo, talvez primeiro criar um ambiente que torne possível uma negociação".

O primeiro-ministro da Namíbia, Saara Kuugongelwa, acrescentou: "Queremos resolver o problema, não queremos encontrar o culpado. Não adianta a Rússia gastar dinheiro em armas e o Ocidente financiar a Ucrânia para também comprar armas".

Algumas potências ocidentais consideram a possibilidade de pressionar por uma nova resolução da Assembleia-Geral da ONU que apoie a Ucrânia, na esperança de que uma votação favorável esmagadora saliente a falta de apoio internacional da Rússia. Mas, se uma votação no ano passado teve 141 nações em apoio à Ucrânia, não está claro quantos novos convertidos existem no Sul global.

Uma fonte disse que a Ucrânia, compreensivelmente, deseja palavras duras específicas nessas resoluções, mas quanto mais específica for a resolução, maior a probabilidade de que os países recuem para a neutralidade.

Na conferência de Munique, diversos líderes europeus, incluindo o presidente francês, Emmanuel Macron, admitiram que o Ocidente deveria ter feito mais para convencer o Sul de que seu forte apoio à Ucrânia não nasceu de critérios duplos. "Estou impressionado com a forma como perdemos a confiança do Sul global", disse Macron. Ele argumentou que a resposta do mundo à

Um freio à Otan. Wang Yi defende a integridade territorial da nação invadida, mas pede respeito aos "legítimos interesses" de segurança da Rússia

guerra mostrou a necessidade de reequilibrar a ordem global e tornar suas instituições mais inclusivas.

Macron chamou a invasão da Ucrânia pela Rússia de um ataque "neocolonialista e imperialista" que "quebrou todos os tabus", e alertou que os espectadores eram cúmplices da agressão russa.

O *premier* britânico, Rishi Sunak, também admitiu que o Ocidente deveria ter feito mais para convencer o Sul global de que os preços dos alimentos dispararam, devido ao bombardeio da Rússia aos campos de trigo ucranianos, e não às sanções ocidentais. Kamala Harris, vice-presidente dos EUA, que condenou os crimes da Rússia contra a humanidade, disse que a solução para as dúvidas do Sul global é tratá-los como parceiros.

Já o chanceler alemão, Olaf Scholz, que viajou recentemente ao Brasil e à África do Sul numa tentativa infrutífera de extrair condenações mais claras à Rússia, afirmou: "Para ser verossímil e conseguir algo como europeu ou norte-americano em Jacarta, Nova Délhi, Pretória, Santiago do Chile, Brasília ou Cingapura, não basta invocar valores comuns".

As preocupações com o Sul não desviaram a atenção dos líderes europeus de como aumentar rapidamente a produção de munição por meio de mais aquisições conjuntas e incentivos financeiros para a indústria de armas europeia. A crescente escassez de armamento é tema de intenso debate entre os países da União Europeia. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Plural

Imagens em combustão

CINEMA O Festival de Berlim apresenta-se como um painel da arte no pós-pandemia

POR ADRIANA MEOLA RIEMKE, DE BERLIM

O novo cartaz do Festival de Berlim, espalhado pela cidade, desperta nos passantes um tipo de nostalgia carinhosa de estar diante de uma grande aventura. São figuras de jovens e velhos, redondos e quadrados, claros e escuros, homem, mulher e diversos, que observam ao serem observados por quem passa, sentados em poltronas de uma sala de cinema. O urso-polar, símbolo de Berlim e marca inconfundível da Berlinale, não está mais à solta, depois de anos a fio circular pela cidade em fevereiro – abstrato, desenhado, fotografado, com óculos ou a balançar nos telhados.

Os novos motivos em azul-vermelho-púrpura, criados pela artista gráfica Claudia Schramke, dirigem-se ao que a diretora administrativa da Berlinale, Mariette Rissenbeek, chama de "centro indispensável de um festival de cinema numa metrópole, o público", ansiosamente esperado de volta.

Após duas edições sob as limitações impostas pela pandemia, os filmes, o mercado cinematográfico, os debates, as festas e o público retornam sem restrições à Berlinale – segundo maior festival de cinema do mundo, depois de Cannes. A edição de 2021 foi feita de forma completamente digital, para o mercado e a imprensa. Apenas em junho, no verão berlinense, o público pôde assistir a filmes selecionados, ao ar livre. Em 2022, as salas foram liberadas, mas com restrições severas e o número de ingressos 50% menor.

Agora, tudo parece ter voltado ao que era antes na Potsdamer Platz, o centro do festival. Apertos de mão, beijos e abraços; assentos no cinema juntinhos uns dos outros. Vez ou outra passa alguém com máscara.

"O tema pandemia não aparece de forma relevante entre filmes inscritos ou selecionados neste ano", diz Anne Henckel-Donnersmarck, curadora da seção de Curtas-Metragens da Berlinale, onde o filme brasileiro *As Miçangas*, de

As guerras, a política e os desafios para a recuperação do público rendido ao *streaming* estiveram no centro desta edição

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 55

Estreia *Mato Seco em Chamas* mostra um País dilacerado pela violência

Vidas partidas. Na mostra Generation, voltada a filmes sobre a juventude, o Irã é retratado por meio de uma milícia feminina (*Dream's Gate*) e a Ucrânia por meio de um grupo de adolescentes que vai ao Himalaia (*We Will Not Fade Away*)

Rafaela Camelo e Emanuel Lavor, compete por um urso. Mas o tom se tornou mais grave. "Principalmente os filmes dos jovens cineastas mostram um cenário mais pessimista do futuro."

A entonação política da organização do festival é forte e chega a fazer sombra sobre os astros convidados. Não uma estrela de Hollywood, mas o presidente da Ucrânia, Wolodymyr Zelensky, foi conectado por videoconferência na abertura do festival. Ele fez um apelo emocionado e perguntou: "Pode a arte ficar fora da política?"

Além do engajamento explícito contra a guerra na Ucrânia, a Berlinale declara solidariedade aos manifestantes contra o regime Mullah, do Irã. Há filmes ucranianos e iranianos em várias seções e eventos especiais, além de apoio financeiro ou coproduções para cineastas dos dois países.

O broche da Berlinale tem as cores da Ucrânia. A atriz iraniana Golshifteh Farahani, exilada na França, faz parte dos sete jurados da competição principal. Ela levou o público às lágrimas no discurso na abertura do festival: "O Irã é uma ditadura, isso não é apenas algo filosófico ou teórico. Falta oxigênio às pessoas, falta o ar para respirar no Irã", disse Farahani. "Temos a sensação de que o mundo está quebrando à nossa volta. O cinema está aí para nos aquecer em tempos de crise."

A indústria cinematográfica está em Berlim aquecendo-se para a era pós-pandemia e verificando as tendências do que trará 2023. Sente-se no ar a atmosfera otimista do setor para a volta a uma certa normalidade.

"Este festival presencial em Berlim representa para mim o fim da pandemia. Mas isso não significa a retomada da vida como era antes", diz Igor Kupstas, diretor da distribuidora O2 Play. "Todos estão tentando entender os efeitos do que aconteceu e definir para onde vamos, qual o *status* do *streaming* hoje, nos diferentes países."

Kupstas veio a Berlim para participar do European Film Market (EFM), que ocorre dentro da Berlinale e facilita não só o encontro entre produtores e distribuidores, como também oferece espaços de discussão e debates sobre os caminhos da indústria cinematográfica.

Este ano, expositores de 128 países apresentam suas produções no mercado. "Estamos completamente no mesmo nível, em termos de credenciamentos, que estávamos em 2020", disse o diretor da EFM, Dennis Ruh. No centro das mesas permanece o público: estão sendo intensamente debatidos o declínio das bilheterias nos cinemas e o desafio de pensar outros modelos. Além disso, discutem-se no-

Mostras paralelas. Entre as seis produções brasileiras selecionadas está o longa-metragem *A Propriedade*, de Daniel Bandeira, exibido no Panorama

vas formas de financiamento e circulação, principalmente no campo do *streaming*, e de como manter a diversidade cinematográfica no cenário pós-pandêmico.

No relatório preliminar sobre 2022, o Observatório Europeu do Audiovisual escreveu que a ida ao cinema na União Europeia e no Reino Unido aumentou 63% em relação ao ano anterior. Ou seja, noves fora, um terço do público ainda não retornou. É cedo para analisar as bilheterias por origem cinematográfica, mas os dados iniciais indicam que as vendas de ingressos nos países da União Europeia e do Reino Unido – assim como no Brasil – se concentram, ainda mais do que até 2019, nos *blockbusters* norte-americanos, como *Avatar* e *Top Gun: Maverick*.

André Sturm, diretor da Pandora Filmes e do Cine Belas Artes, em São Paulo, vê o interesse do público nas grandes produções como indicador da perseverança do cinema, principalmente em relação ao *streaming*. "Os *streamings* não vão destruir o cinema, pois o cinema não é só o filme, é um programa. Os *blockbusters*, que vivem de muita propaganda, estão fazendo o mesmo público que faziam antes da pandemia", diz.

O papel do festival pós-pandemia permanece inalterado ou até aumentou, segundo Sturm. "O festival continua servindo como curadoria e publicidade para as produções fora do grande circuito. Essas ganham em valor e interesse do público", diz. Para o mercado, é a chance de encontrar bons filmes que, de outra forma, passariam despercebidos. "O mercado ao vivo oferece possiblidades que no virtual não existem. Num festival como Berlim, vou assistir a um filme que estou interessado e, se o filme for chato, não fico mais de 15 minutos e entro em outro filme na sala ao lado, que eu talvez jamais visse, e posso descobrir algo interessante."

O festival de Berlim selecionou neste ano 287 filmes de 67 países, entre eles 19 na competição principal, 20 na dos curtas-metragens e outros 20 na premiação Encounters. Seis produções brasileiras foram selecionadas. Além do curta-metragem *As Miçangas*, o filme *O Estranho*, de Flora Dias e Juruna Mallon, tem estreia mundial na seção Forum; *A Propriedade*, de Daniel Bandeira, está no Panorama; e o curta-metragem *Infantaria*, de Laís Santos Araújo, na Generation.

O papel dos festivais na era digital permanece inalterado ou se tornou até maior

O curta-metragem *A Árvore* faz parte de uma instalação no Forum Expanded. O filme *A Rainha Diaba*, de Antonio Carlos da Fontoura, de 1973, é mostrado, em cópia restaurada, no Forum Special. Na produção, Milton Gonçalves, falecido no ano passado, aparece ao lado de um elenco que fez história no cinema brasileiro.

O musical *Ash Wednesday*, de João Pedro Prado e Bárbara Santos, é uma curiosidade: tem elenco brasileiro, conta em português uma história brasileira, mas é uma produção inteiramente alemã e, como tal, foi selecionado para a Perspectiva do Cinema Alemão. A Berlinale também elegeu brasileiros para sua seção Talents, destinada a apoiar obras que ainda vão surgir – caso do projeto da artista visual e cineasta Janaína Wagner.

Cartaz novo, era pós-pandêmica e guerra. O tapete vermelho está colocado como sempre e a tão almejada estátua dos prêmios continua sendo a mesma, de um urso, de ouro ou de prata, que foi criado pela mãe de todos os ursos de Berlim, a escultora René Sintenis. •

O Brasil oculto nas sombras

CRÍTICA O FILME *MATO SECO EM CHAMAS* QUEBRA AS CONVENÇÕES NARRATIVAS PARA FAZER O RETRATO DE UMA NAÇÃO DILACERADA

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

Muitos filmes levam o público a lugares irreais e oferecem emoções incomuns. Poucos vão aonde a maioria mal sabe existir. É o caso de *Mato Seco em Chamas*, em cartaz desde a quinta-feira 23.

O longa-metragem, realizado em parceria pelo brasileiro Adirley Queirós e a portuguesa Joana Pimenta, contraria o imaginário do Brasil como terra do sol. Nas duas horas e meia da projeção, somos levados a uma jornada na escuridão, a um mergulho em um país que se oculta na sombra.

O filme apresenta o desencaixe entre ser e ver a partir de um plano didático, no qual uma mãe se despede da filha. Sentada na frente da casa mal iluminada, Léa fuma no escuro, enquanto, ao fundo, um aparelho de tevê exibe imagens cujo brilho parece irreal.

"Brasil, mostra sua cara!", cantava Gal na abertura de *Vale Tudo*, quatro décadas atrás. A novela tentava, a seu modo, mostrar no espelho da tevê nossa dupla face de povo gentil e sem caráter.

Mato Seco em Chamas percorre uma via distinta. Descolado da rotina do melodrama, o filme está pouco interessado em entreter com uma história ou uma narrativa alegórica.

A narrativa é feita de asfalto esburacado e calçadas enlameadas, como os espaços em que vivem os personagens. Nesse cenário, a violência espalha-se, impregna e domina, sem precisar ser representada. Dois tiros e uma morte é o máximo que vemos.

Quase nada se sabe sobre Léa e Chitara, duas meio-irmãs que lideram um negócio clandestino de exploração e refino de petróleo em Sol Nascente, na periferia da periferia de Brasília.

O público pode estranhar a ausência de trama e a imprevisibilidade do relato. A impressão é a de que as cenas se amontoam como tijolos, articulando-se como os puxadinhos tão comuns nas periferias.

Essa lógica captura a atenção para o universo mostrado. Somos colocados, sem a falsa proteção da empatia, diante de um mundo de personagens invisibilizados e de sobrevivência improvisada.

A suspensão de convenções narrativas reflete ainda outro tipo de organização, em que as noções de lei, estado ou bem comum parecem abolidas.

Entre esses blocos fragmentados, que assumem algum nível ficcional por meio de diálogos encenados, o filme intercala duas sequências documentais, cujos impactos são fulminantes. Um culto evangélico e a sua versão laica, uma manifestação bolsonarista, atiram o Brasil na nossa cara.

No lugar do povo alegre, imaginado e idealizado por gerações e gerações de artistas e intelectuais, vemos o poço sem fundo da nossa tristeza. •

5 DA NORTE/TERRA TREME/VITRINE FILMES

As protagonistas do longa-metragem de Adirley Queirós e Joana Pimenta exploram petróleo clandestinamente

Os EUA em forma de horror

TheObserver A partir de histórias muito envolventes, a norte-americana Celeste Ng joga luz sobre as divisões raciais, os conflitos políticos e a desigualdade

POR BIDISHA MAMATA

Os Corações Perdidos, terceiro romance de Celeste Ng, autora campeã de vendas, está ancorado em dois conceitos fictícios: uma "crise" global que inclina o equilíbrio de poder internacional para longe dos Estados Unidos e uma peça subsequente de legislação norte-americana chamada Pact – a Lei de Preservação das Culturas e Tradições Americanas. Com rapidez assustadora, os Estados Unidos se transformam numa sociedade chauvinista, ignorante e violentamente hostil, governada pelo medo e o ódio racista – voltado, em particular, contra os asiáticos orientais.

Noah Gardner, o jovem herói meio americano, meio chinês do romance, cresce nesse ambiente perigoso, no qual a violência policial, a censura e a segregação são a norma. A mãe, uma famosa artista sino-americana que o abandonou com o pai quando era criança, inicia a trama enviando-lhe uma carta coberta de desenhos – já aberta e lida pelas autoridades. O que eles significam e qual foi o verdadeiro motivo do desaparecimento dela?

A partir desse mistério, *Os Corações Perdidos* engendra aventura, heroísmo e bravura em um cenário doloroso. Celeste Ng faz pela raça o que *O Conto da Aia* fez pelo sexo. À medida que descobre mais sobre as crises, separações e internações familiares e sobre o crescente autoritarismo que se seguiu, Noah é forçado a se encontrar como indivíduo e se posicionar como membro de uma comunidade.

OS CORAÇÕES PERDIDOS

Celeste Ng. Tradução: Fernanda Abreu. Intrínseca (336 págs., 49,90 reais)

Do começo ao fim, a escrita é rápida e equilibrada. Mesmo a descrição de uma sala comum é precisa: "Um sofá desbotado e gasto encostado na parede, uma mesa de jogo dobrada coberta de ferramentas. Uma única lâmpada sem luminária, a lâmpada nua olhando fixo".

Celeste Ng combina, sem esforço, história familiar com conto de detetive. Seu retrato da mãe de Noah, Margaret Miu, permite que ela se divirta com as perguntas-padrão de debates em festivais de artes. Qual é o verdadeiro papel do artista na sociedade? A arte é expressão pessoal ou comentário político? Os artistas são poderosos ou impotentes? A criação é resistência? Isso pode fazer alguma diferença para os acontecimentos?

Margaret é, ao mesmo tempo, uma mãe extremamente amorosa, uma artista completamente absorta no seu trabalho e uma ativista política cujas criações inspiram o ativismo de outras pessoas. A visão de autora é ironicamente reconhecível. Em uma cena, Noah interrompe o trabalho de sua mãe para dizer que está com fome. Margaret "volta sobressaltada, olha para o relógio... Me pego trabalhando, diz ela, quase constrangida. Eu me esqueço de manter comida por perto".

Embora o Pact e a crise sejam invenções, seria errado chamar o romance de profético ou futurista. Todos os elementos do cenário ficcional estão nas manchetes todas as manhãs. Celeste Ng descreve: "O Pact estava a décadas de distância, mas os pais dele já o sentiam: os olhos da vizinhança examinando cada movimento deles. Misturar-se era a melhor opção, eles decidiram".

Embora os abusos cometidos contra os asiáticos orientais no romance sejam feios e dolorosos, eles serão conhecidos por qualquer pessoa que tenha uma

Celeste Ng, autora campeã de vendas, olha para as populações de origem asiática

KEVIN DAY

consciência, ainda que superficial, da experiência negra americana: "No condado de Orange, uma marcha em protesto contra o preconceito antichinês transformou-se num confronto, com espectadores lançando ofensas, terminando com a tropa de choque, Tasers, um menino sino-americano de 3 anos atingido por uma bomba de gás lacrimogêneo".

Os Estados Unidos de *Os Corações Perdidos* já estão conosco. A partir dessas raízes sombrias, Celeste Ng cria uma história excepcionalmente poderosa e extremamente relevante. •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

A tese central de **O Grande Recuo** (Todavia, 400 págs., 104,90 reais), do sociólogo Paolo Gerbaudo, é a de que, como reação aos desastres gerados pelo neoliberalismo e pelo populismo, o mundo verá, nos anos 2020, o retorno da mão forte do Estado – com o chamado neoestatismo.

Colaborador da revista *The New Yorker*, Hilton Als reúne, em **Garotas Brancas** (Fósforo, 360 págs., 99,90 reais), 12 textos que falam de artistas e um que fala de si. Do conjunto emergem reflexões sobre a cultura norte-americana, o racismo e a busca, tão humana, por aceitação.

Celebrado sobretudo como cronista, Luis Fernando Verissimo tem agora os seis romances publicados ao longo da vida – entre eles, O *Clube dos Anjos* e *O Opositor* – embalados em um bonito box lançado pela Alfaguara sob o título **Caixa Todos os Romances** (784 págs., 369,90).

MÍDIA KIT
CONTABILIDADE CRIATIVA.
VENES
SOBRE OBRA DE MATISSE